

# **bibliografia**

**Experiências e Desafios na Formação  
de Professores Indígenas no Brasil**

## **A Educação Indígena na Academia: inventário comentado de dissertações e teses sobre educação escolar indígena no Brasil (1978-2002)**

**Luís Donisete Benzi Grupioni**

Doutorando em Antropologia Social pela Universidade de São Paulo e pesquisador do Mari – Grupo de Educação Indígena da Universidade de São Paulo (USP).

Foi consultor de política de educação escolar indígena do Ministério da Educação (MEC). grupioni@usp.br

Nas últimas duas décadas, a reflexão sobre temas relacionados com a educação indígena ganhou acolhida na universidade. Esta é a primeira conclusão que se pode tirar do inventário apresentado a seguir, reunindo informações sobre dissertações de mestrado e teses de doutorado, defendidas em universidades brasileiras, cujas temáticas, em sentido amplo, têm relação com os processos de introdução da instituição escolar em terras indígenas e suas implicações. Nesse conjunto de trabalhos incluem-se, ainda, aqueles voltados à reflexão de questões suscitadas pelo uso, ou não, das línguas indígenas nas escolas, bem como trabalhos que dizem respeito aos processos tradicionais de socialização das crianças indígenas.

No período que vai de 1978, quando foi apresentada a primeira dissertação de mestrado sobre educação bilíngüe, até 2002, quando se fechou esse inventário, contabilizam-se 74 dissertações e teses defendidas em diferentes áreas do conhecimento, o que evidencia que a temática da educação indígena adquiriu importância acadêmica, compondo um campo de saber interdisciplinar, com um volume crescente de pesquisas sendo realizadas e com resultados sendo compartilhados.

Ainda que haja trabalhos defendidos em diferentes áreas do conhecimento, é na área de educação que se concentra a maior parte das dissertações e teses defendidas, contabilizando 37 trabalhos, o que corresponde à metade do total. Em seguida, vem a área de lingüística, com 13 trabalhos, e de antropologia com 12. Nas demais áreas, como na semiótica, matemática, geografia, sociologia, etc., o número de trabalhos é pouco expressivo.

Na Tabela 1, temos a distribuição, por área disciplinar e nível, das dissertações de mestrado e teses de doutorado sobre educação indígena, no período de 1978 a 2002.

No total, foram defendidas 53 dissertações de mestrado e 21 teses de doutorado que apresentaram discussões de questões relacionadas com a educação indígena no Brasil, nesses últimos 25 anos. É preciso esclarecer que a maioria destes trabalhos tem como preocupação central a problemática da

presença da escola em terras indígenas; outros, entretanto, tratam de questões muito mais amplas que a educação escolar, mas ao abordarem-na, ainda que tangencialmente, foram incluídos no levantamento.<sup>1</sup>

**Tabela 1 – Distribuição das dissertações e teses sobre educação indígena por área disciplinar**

Área de pós-graduação	Mestrado	Doutorado	Total
Educação	30	7	37
Linguística	9	4	13
Antropologia	10	2	12
Semiótica	–	3	3
Educação Matemática	2	1	3
Geografia	–	1	1
Psicologia	–	1	1
Letras	–	1	1
Educação Física	1	–	1
Sociologia	–	1	1
Ciências Sociais	1	–	1
<b>Total</b>	<b>53</b>	<b>21</b>	<b>74</b>

Em relação às universidades, verificamos uma grande dispersão, com trabalhos defendidos em diferentes instituições de

<sup>1</sup> É o caso, por exemplo, de vários trabalhos defendidos na área de Linguística, centrados no estudo de alguma língua indígena, e que apresentam um capítulo ou uma parte sobre a relação entre língua e escola indígena.

praticamente todas as regiões do País, além de quatro trabalhos defendidos no exterior. Quando reunimos os trabalhos por disciplina e instituição, notamos que alguns programas de pós-graduação se destacam pelo volume de trabalhos defendidos, evidenciando a existência de algumas linhas temáticas de pesquisa, bem como de orientação acadêmica, o que reforça o argumento da importância do tema na universidade.<sup>2</sup>

### O percurso da educação indígena como tema de pesquisa

Dois trabalhos foram pioneiros nessa área temática, na pós-graduação, ambos realizados na Universidade de Brasília (UnB). O primeiro foi a dissertação de mestrado defendida por Nancy Antunes Tsupal, no Departamento de Educação, em 1978, trabalho no qual foram analisados os processos de educação bilíngüe entre os Karajá e Xavante. Três anos depois, a antropóloga Eneida Côrrea de Assis defendia sua dissertação de mestrado em

<sup>2</sup> Na área de Linguística, por exemplo, dos 13 trabalhos defendidos, cinco foram no Instituto de Estudos da Linguagem, na Universidade Estadual de Campinas, dos quais quatro sob orientação da professora Marilda Cavalcante. Outros cinco trabalhos nessa área foram defendidos na Universidade Federal de Goiás, todos sob a orientação da professora Silvia Braggio. Na área de Antropologia, dos 11 trabalhos defendidos, quatro foram na Universidade de São Paulo e três no Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, sob orientação de diferentes docentes. Já na área de Educação, que congrega o maior número de trabalhos sobre a temática em questão, destaca-se a Universidade Federal de Mato Grosso, com oito trabalhos, sendo que cinco foram orientados pela professora Edir Pina de Barros (do Departamento de Antropologia). Na Universidade Católica Dom Bosco, em Campo Grande (MS), foram defendidas quatro dissertações de mestrado; número igual de trabalhos foi defendido na Universidade de Brasília. Na Universidade Estadual Paulista, campus de Marília, três teses de doutorado em educação foram defendidas. E na Universidade Federal da Bahia, duas dissertações de mestrado e uma tese de doutorado foram realizadas. Os demais trabalhos distribuem-se por várias universidades do País.

Antropologia, analisando a presença da escola entre os Galibi e Karipuna, da região do Uaçá, Amapá. Depois desses dois trabalhos inaugurais, nenhuma nova pesquisa surgiu sobre esse tema durante quase uma década, até que em 1990 Luiz Otávio Pinheiro da Cunha, também na UnB, defendeu dissertação de mestrado em educação sobre as escolas mantidas pela Fundação Nacional do Índio (Funai). Nesse mesmo ano, Terezinha Maher defendeu, no Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), sua dissertação em lingüística, analisando nesse trabalho um curso de português oral como segunda língua para jovens Guarani, em São Paulo. Esses quatro trabalhos foram os precursores da reflexão sistemática, em nível de pós-graduação, sobre a educação indígena na universidade. No decorrer dos anos 90, notadamente na segunda metade dessa década, o número de trabalhos se ampliaria significativamente, bem como as temáticas estudadas e as abordagens teóricas empregadas. O Quadro 1 mostra a evolução dos trabalhos defendidos nesse período:

**Quadro 1 – Trabalhos defendidos (1978-2002)**

1978	1981	1990	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002
1	1	2	2	1	4	6	8	8	4	11	11	10	5

Além do número crescente de trabalhos sobre temáticas relativas à educação indígena no meio acadêmico, sua importância pode ser verificada também pelo expressivo número de artigos em publicações científicas, nas coletâneas de artigos, especialmente dedicadas à educação indígena, na realização de seminários, grupos de trabalho e discussão em congressos e encontros científicos, nas áreas de ciências sociais e educação, e nos materiais didáticos produzidos para uso nas escolas indígenas, orientados ou preparados por pesquisadores e publicados em parceria com ONGs e secretarias de educação.

A maior visibilidade dos temas suscitados pela educação indígena na universidade tem relação direta com o aumento da importância da escola para os próprios povos indígenas, uma vez que se tornou uma questão social e politicamente importante para eles e para aqueles que os apóiam. Esse processo ganhou amplitude com a promulgação da Constituição de 1988, e com o fortalecimento de experiências não-governamentais de formação de professores indígenas e de construção de novos modelos de escola.

Foi nesta última década que a questão da educação indígena ganhou maior relevância, não só no movimento indígena e nas entidades da sociedade civil que desenvolvem trabalhos de assessoria e parceria com comunidades indígenas, mas também na academia. As discussões sobre a possibilidade de um novo modelo de escola, não mais centrado numa prática integracionista ou marcada por orientação missionária, mas caracterizado pela perspectiva de conferir aos índios um papel protagonista, tanto na docência quanto na gestão da escola, a ser pautada pela valorização dos conhecimentos étnicos e pelo acesso aos conhecimentos universais, abrindo-lhes a oportunidade de uma nova leitura do mundo de fora da aldeia, contribui para colocar a educação indígena no rol de questões prioritárias do movimento indígena contemporâneo. Esse cenário também foi influenciado pela passagem da responsabilidade pela coordenação das ações de educação indígena no País, da Funai para o Ministério da Educação (MEC), em 1991, que resultou num novo tipo de envolvimento das comunidades indígenas com as secretarias estaduais e municipais de educação, ampliando os atores envolvidos com a implantação e gerenciamento de escolas em terras indígenas, bem como com o surgimento de novos programas de formação de professores indígenas no magistério intercultural, que potencializaram as possibilidades de investigação acadêmica nessa área.

E são muitos os temas e as problemáticas enfocadas nas dissertações e teses reunidas neste inventário: há estudos do papel da escola em determinados povos indígenas, reflexões sobre currículos, diários de classe, produção de materiais didáticos; análises de programas e cursos de formação de professores indígenas;

estudos de políticas indigenistas, do movimento indígena pela educação escolar e de história da implantação de escolas em terras indígenas; estudos da relação entre oralidade e escrita; descrições lingüísticas e análise de bilingüismo; análises de processos de alfabetização, em português e em língua materna; estudos sociolingüísticos; estudos sobre formas de transmissão de conhecimento e de processos de socialização de crianças indígenas; análise de práticas lingüísticas, discursivas e de letramento; estudo da contribuição de certas disciplinas (Geografia, Matemática, Educação Física, etc.) para a escola indígena; análise de textos escritos por alunos e professores indígenas; estudos da aquisição de segunda língua; investigações sobre a noção de infância, de aprendizagem e de pedagogias indígenas; e por aí segue uma infinidade de tópicos.

É interessante registrar que um número significativo de trabalhos dialoga com uma produção governamental recente, composta por textos que apresentam diretrizes e referenciais para a educação indígena, lançados pelo governo federal nos últimos anos, no marco de uma nova política pública para este setor. Esses documentos são analisados, interpretados e confrontados com situações etnográficas e experiências de intervenção particulares.<sup>3</sup> O mesmo ocorre com os novos ordenamentos jurídicos e normativos, elaborados após a mudança de paradigma instituída pela Constituição de 1988, e que resultou num novo corpo de legislação, que é amplamente descrito e analisado em várias das dissertações e teses recenseadas neste inventário.<sup>4</sup>

Uma boa parte dos trabalhos está focada na análise etnográfica de situações particulares, envolvendo uma única comunidade ou povo indígena em sua experiência de conviver com a escola e a educação indígena. Poucos são os trabalhos comparativos

e em menor número os que buscam uma abordagem mais ampla. Um número expressivo de pesquisas apresenta-se com o intuito de colaborar, subsidiar e apoiar intervenções em contextos étnicos particulares, fruto do trabalho de reflexão de pessoas que estão ou estiveram na frente de processos de implantação de escolas ou de formação de professores indígenas, na qualidade de assessores, formadores, docentes ou desenvolvendo outros tipos de trabalhos de intervenção, inclusive missionários, junto a certos grupos indígenas. Esta é uma peculiaridade que marca essa produção: boa parte dos autores é também composta de assessores de programas de educação indígena, que conduzem seu esforço de reflexão teórica, também com o intuito de repensar a própria prática. Talvez venha daí a multiplicidade de enfoques, orientações e abordagens empregadas nas análises das questões relacionadas com a escola e com a educação indígena, pelos diversos autores, reflexos das diferentes práticas e experiências que tiveram na origem de seus trabalhos.<sup>5</sup>

Ao ler os resumos das pesquisas aqui inventariadas, fica-se com a impressão de que em alguns dos trabalhos mais recentes, já concluídos no novo modelo de pós-graduação que veio se firmando e se impondo nos últimos anos, com um tempo de execução mais limitado e, portanto, menos tempo de trabalho de campo, a reflexão sobre a própria prática parece ganhar terreno, gerando uma produção acadêmica mais engajada e comprometida com questões indigenistas e de intervenção social.

Uma avaliação sobre o rendimento teórico das questões suscitadas pela escola e pela educação indígena, bem como um balanço das abordagens empregadas nas dissertações e teses realizadas ainda é uma empreitada a ser enfrentada: o conjunto dos trabalhos aqui reunidos nos permite pensar que esse esforço já pode ser empreendido, em face da heterogeneidade, do refinamento e da riqueza das pesquisas realizadas.

<sup>3</sup> Refiro-me aos documentos *Diretrizes para a política nacional de educação escolar indígena* (MEC, 1994), *Referencial curricular nacional para as escolas indígenas* (MEC, 1998) e *Referencial para a formação de professores indígenas* (MEC, 2002).

<sup>4</sup> Além da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (de 1996) e do Plano Nacional de Educação (de 2001), também a Resolução 3/99 e o Parecer 14/99, do Conselho Nacional de Educação, têm sido objeto de interpretação e estudo.

<sup>5</sup> Nesse cenário, há um trabalho, até agora, único, realizado por Darlene Taukane, que em 1996, apresentou sua dissertação de mestrado em Educação, na Universidade Federal de Mato Grosso, cujo tema foi a educação escolar entre os Kurâ-Bakairi, povo indígena do Mato Grosso ao qual a autora pertence.

No inventário que apresentamos a seguir, as dissertações e teses estão dispostas em ordem cronológica, ano a ano. Além do nome do autor e do título da dissertação, informamos o *e-mail* do mesmo, quando foi possível localizar. Em seguida, vem a informação se o trabalho é uma dissertação ou tese, a área e a instituição em que foi defendido. O local, o ano, o número de páginas e o nome do orientador completam a ficha básica. Essa é seguida por um resumo do trabalho: na quase totalidade dos registros, trata-se do resumo que se encontra na própria dissertação ou tese, e quando não, o resumo foi preparado pelo próprio autor a pedido. Assim, não há nos resumos qualquer crítica ou comentário acerca dos trabalhos inventariados.

Gostaria de agradecer aos autores das dissertações e teses aqui arroladas, bem como aos professores-orientadores, por terem fornecido as informações solicitadas que são publicadas a seguir. Em especial, gostaria de agradecer nominalmente aos colegas José Augusto Sampaio Laranjeiras, Betty Mindlin, Edir Pina de Barros, Silvio Coelho dos Santos, Silvia Braggio, Teresa Maher, Luiz Otávio Cunha, Kleber Matos, Denise Fajardo Grupioni, Rosani Leitão, Marilda Cavalcanti, Malu Ochoa, Aitor Salsamendi e Dominique T. Gallois, pelas dicas e por terem colaborado na localização de vários dos trabalhos aqui inventariados. Esperamos que esse levantamento possa ser útil para aqueles que desenvolvem investigações com esse tema, bem como para aqueles que trabalham com escola e populações indígenas, abrindo-lhes acesso a trabalhos cuja circulação costuma ser restrita e de difícil acesso, mas que normalmente potencializam nossa reflexão e ampliam nossa compreensão dos fenômenos sociais em questão.

## Inventário das dissertações e teses

1978

TSUPAL, Nancy Antunes. *Educação indígena bilíngüe, particularmente entre os Karajá e Xavante*: alguns aspectos pedagógicos,

considerações e sugestões. Brasília, 1978. 173 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de Brasília.

Orientador: José Maria Gonçalves Júnior

Educação Indígena Bilíngüe é um processo de educação formal realizado primeiramente na língua nativa seguida da língua nacional dominante. Esta dissertação é um relato de natureza etnográfica sobre aspectos da educação indígena bilíngüe no Brasil, particularmente nos grupos tribais Karajá e Xavante. O ensaio apresentado apóia-se em observações de campo não controladas, entrevistas informais e literatura especializada. Este estudo exploratório e preliminar de natureza etnográfico-educacional objetiva: 1) descrever a realidade da educação do índio brasileiro pelo processo bilíngüe dentro do contexto tribal, caracterizando etapas da educação formal indígena e sua implantação entre os Karajá e os Xavante; 2) apresentar algumas considerações e sugestões principalmente sobre o caráter da política indigenista educacional, com vistas a contribuir para a melhoria e continuidade dos programas atuais, e/ou para a implantação de novos programas a outros grupos indígenas.

1981

ASSIS, Eneida Corrêa de Assis. *Escola indígena, uma “frente ideológica”?* Brasília, 1981. 204 p. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade de Brasília.

*E-mails*: eneida@canal13.com.br;  
eneidassis@hotmail.com

Orientador: Júlio Cezar Melatti

O trabalho tem como objetivo o estudo do papel da escola entre populações indígenas numa área de fronteira



internacional e também zona de segurança nacional, desde os anos 30 até os anos 70. Os povos selecionados foram os Galibi e Karipuna da área indígena do Uaçá, no município de Oiapoque no Estado do Amapá, fronteira do Brasil com a Guiana Francesa. Chamando atenção para a disputa dessas populações pelos poderes locais francês e brasileiro desde os anos 30, bem como a avaliação feita pelos índios das vantagens oferecidas pelos dois Estados, a autora toma a escola como um instrumento usado pelo Estado brasileiro nessa disputa, ou seja, a escola terá a função de transformar os índios em brasileiros, na qual o ensino de português e civismo devem dar fim a essa disputa. O texto apresenta a descrição da educação tradicional destas populações e o conflito sofrido com os valores introduzidos pela escola através dos currículos, programas, horários e atitudes dos professores. Finalmente examina outras agências de educação como as Forças Armadas, que tem como preocupação a transformação dos índios em soldados brasileiros, e as Cooperativas Indígenas localizadas na área, que investem no fortalecimento da identidade indígena.

1990

CUNHA, Luiz Otávio Pinheiro da. *A política indigenista no Brasil: as escolas mantidas pela Funai*. Brasília, 1990. 129 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de Brasília.

*E-mails:* luizotavio@uol.com.br; luiz.otavio@funai.gov.br

Orientadora: Adalgisa Maria Vieira do Rosário

Este estudo é uma análise do papel exercido pelas escolas mantidas pelo Estado em áreas indígenas. Sendo o autor, há vários anos, funcionário da Fundação Nacional do Índio (Funai), não deixa de ser também uma reflexão sobre o seu trabalho naquele órgão. No primeiro capítulo, após apresentar o contexto histórico

em que está inserida a Funai, e resenhar os livros mais importantes publicados sobre o tema, apresenta o quadro teórico em que se baseia e os objetivos que pretende com a sua investigação. Em seguida – Capítulo 2 – considera a legislação instituída nos anos 60 e 70, ressaltando as ambigüidades que a caracterizam. Identifica, aí, uma perspectiva evolucionista unilinear que conduz à negação da diversidade, fazendo que as diferenças culturais, assumidas como estágio de evolução, justifiquem as políticas de integração e de “assimilação” dos índios. No Capítulo 3, analisa, inicialmente, a política de integração do Estado e o papel da escola nesse projeto. Traça um paralelo entre as práticas escolares do Serviço de Proteção ao Índio e da Funai, acentuando que, apesar de terem propostas metodológicas diferentes, apresentam o mesmo projeto político de escola: a inserção do índio na economia de mercado. Ressalvará, entretanto, a preocupação da Funai com: 1) o aspecto científico de seu trabalho, – que a leva a uma associação íntima com o Summer Institute of Linguistic (SIL); e 2) com a necessidade de prestar contas à opinião pública, responsável por sua aproximação com o Instituto Indigenista Interamericano. Prossegue discutindo a questão do ensino bilíngüe, que considera adequado enquanto metodologia, embora incoerente em sua prática, já que resulta no privilégio exclusivo da língua portuguesa. Conclui afirmando que, se por um lado, a escola, ao assumir uma postura supostamente neutra, desconhece os conflitos da sociedade, alimentando uma pedagogia alienadora, sustentada administrativamente pelo controle exercido pelos Postos Indígenas, por outro, a preocupação “metodológica” da Funai vai excluir a discussão política, impedindo a consideração do(s) projeto(s) político(s) de escola, distanciando-se assim de uma educação que, ao invés de assegurar – apenas provisoriamente – a participação dos índios como etnias diferenciadas, garanta a sua participação efetiva como cidadãos étnica e culturalmente diferentes, em pleno exercício de suas capacidades existenciais e políticas.

MAHER, Terezinha Machado. *Já que é preciso falar com os doutores de Brasília...* – subsídios para um curso de português oral em

contexto indígena. Campinas, 1990. 129 p. Dissertação (Mestrado em Lingüística) – Universidade Estadual de Campinas.

*E-mail:* tmaher@unicamp.br

Orientadora: Marilda do Couto Cavalcanti

O propósito deste trabalho é subsidiar o planejamento do componente oral do curso de português como segunda língua para jovens Guarani da aldeia “Morro da Saudade”. Neste sentido, espera-se sensibilizar os professores responsáveis por tal planejamento para os modos como a linguagem contribui para a reprodução ou transformação das relações de poder, a fim de que possam ter mais elementos para pensar uma prática pedagógica condizente com as necessidades apontadas por seus alunos. Tais necessidades incluem a capacidade de atuar comunicativamente em interações institucionais de caráter reivindicatório com os membros da sociedade envolvente. Este estudo se propõe, então, a fazer a análise de um evento comunicativo desta natureza, buscando determinar os modos como a assimetria a ele inerente se reflete no comportamento dos interlocutores e afeta os objetivos conversacionais dos interagentes índios. São focos de análise os mecanismos de controle da compreensão, do turno e do tópico.

1992

FERREIRA, Mariana Kawall Leal Ferreira. *Da origem dos homens à conquista da escrita: um estudo sobre povos indígenas e educação escolar no Brasil*. São Paulo, 1992. 227 p. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

*E-mail:* mferrei1@utk.edu

Orientadora: Maria Aracy de Pádua Lopes da Silva

Esta dissertação pretende fazer uma abordagem antropológica da educação escolar indígena. Baseia-se em dados de campo colhidos entre 1978 e 1991 junto aos índios Xavante e aos povos xinguanos – especialmente os Suyá, Kayabi e Juruna; a partir de 1989, recebe a contribuição do trabalho com diversas organizações e encontros de professores índios, principalmente do norte do Brasil. As questões teóricas centrais da dissertação advêm, basicamente, das problemáticas ligadas às relações entre mito e história; entre cultura e cognição; entre oralidade e escrita e, finalmente, entre a prática indigenista, a militância pró-índio e o exercício teórico da Antropologia. A dissertação tem como objetivo principal, enfim, mostrar que o processo de educação escolar é interpretado e remanejado por povos indígenas, de acordo com a interação que se dá entre sistemas culturais e os vários mecanismos do processo de inserção daqueles povos à sociedade nacional.

RESENDE, Marcia Maria Spyer Resende. *El saber indígena, el saber geográfico y la enseñanza de la Geografía*. Barcelona, 1992. 607 p. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Universidad de Barcelona.

*E-mail:* marspyer@terra.com.br

Orientador: Horácio Capel

Este trabalho pretende oferecer uma contribuição específica, ainda que modesta, ao esforço coletivo, no sentido da consolidação da escola indígena específica e diferenciada no Brasil. Pretende avançar na busca de respostas práticas das seguintes questões: como apoiar de modo programático, sem comprometer sua autonomia, as escolas que as comunidades indígenas já criaram ou querem criar? Qual a sistematização e socialização escolar de seu conhecimento tradicional/Geografia os povos indígenas demandam hoje? De que conhecimentos/Geografia da sociedade não-indígena

eles necessitam hoje para assegurar sua sobrevivência física e cultural? Que conteúdos/Geografia ensinar nas escolas? Com quais métodos? E com quais instrumentos e recursos didáticos? Nosso trabalho baseia-se no princípio geral de que cada aluno, antes de ingressar na escola indígena, já possui um saber espacial geográfico próprio, fruto de sua experiência de vida, isto é, decorrente de seu lugar no processo social do trabalho e da cultura. Esse saber do aluno não fragmenta nem atomiza os dados do espaço, como faz a geografia positivista tradicional. Ele tende a identificar no espaço a interdependência dinâmica de seus diferentes aspectos. Nessa medida, pode e deve ser levado em conta pelo ensino formal da Geografia nas escolas indígenas, já que se trata de um autêntico saber, passível de enriquecimento e universalização pela Ciência Geográfica, e não de um não-saber ou de um obstáculo ao “verdadeiro saber geográfico”. Portanto, este trabalho baseia-se neste princípio geral e em três convicções particulares: 1) a importância de uma escola para as comunidades indígenas que já decidiram por sua implementação; 2) a necessidade de se apoiar a criação de uma escola indígena diferenciada, autogestionada, com um corpo de professores índios, e geridas pelas próprias comunidades indígenas para as comunidades indígenas que já decidiram por sua implementação; 3) a utilidade do ensino-aprendizagem da Geografia para as escolas indígenas. O trabalho de pesquisa foi realizado junto com os professores indígenas do Acre e do sul do Amazonas, com o apoio da Comissão Pro-Índio do Acre.

1993

BARROS, Maria Cândida Drumond Mendes. *Linguística missionária*: Summer Institute of Linguistics. Campinas, 1993. 736 p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Campinas.

*E-mail*: candida@ufpa.br

Orientador: Roberto Cardoso de Oliveira

O tema da tese foi sobre as diferentes formas de uso da lingüística estrutural no interior da missão evangélica Summer Institute of Linguistics (SIL), entre as décadas de 30 e 60. A primeira parte analisa a teoria da tradução bíblica para “línguas aborígenes”, baseada em princípios lingüísticos, produzida pelos membros da missão. A segunda parte trata do uso da Lingüística como estratégia política para conseguir permissão para atuar no México, no Peru e no Brasil, em programas de educação indígena. A terceira parte utiliza a pragmática para analisar a metodologia de tradução do SIL como situações de fala institucional. A análise recaiu em três situações: *language learning* (análise da entrevista lingüística), *comprehension check* (diálogo de perguntas e respostas sobre o texto bíblico traduzido) e *back-translation* (versão para o inglês da tradução bíblica para controle institucional).

1994

FERREIRA NETTO, Waldemar. *Os índios e a alfabetização*: aspectos da educação escolar entre os Guarani de Ribeirão Silveira. São Paulo, 1994. 173 p. Tese (Doutorado em Semiótica e Lingüística Geral) – Universidade de São Paulo.

*E-mail*: wafnetto@usp.br

Orientador: Erasmo D’Almeida Magalhães

O objetivo do trabalho foi verificar como seria possível compreender a alfabetização num contexto Guarani, especificamente Mbya. Para isso, foi realizada uma revisão geral dos propósitos educacionais alfabetizatórios oficiais, suas técnicas e seus resultados, quando possível, desde a chegada dos primeiros jesuítas até o início do último quartel do século 20, visando à compreensão do



contexto histórico da educação indígena, que culminou nas propostas atuais para esta educação. Ao se tomar a vida religiosa guarani, foi necessário buscar os trabalhos de Nimuendajú, Cadogan, Schaden e Meliá, a fim de estabelecer os princípios básicos que pudessem orientar minha experiência pessoal com os Guarani do Ribeirão Silveira. A alfabetização, por sua vez, foi interpretada desde o ponto de vista de sua implementação como um processo formal da escolarização regular e, portanto, como a necessária apropriação de um conhecimento metalingüístico especial desse processo. Do contraste entre esses dois aspectos, salientaram-se alguns dos obstáculos deparados pelas tentativas de implementação da educação regular entre os Guarani do Ribeirão Silveira.

LEITE, Arlindo Gilberto de Oliveira Leite. *Educação indígena Tikuna*: livro didático e identidade étnica. Cuiabá, 1994. 295 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Mato Grosso.

Orientadora: Maria de Lourdes Bandeira de Lamônica Freire

A presente dissertação aborda o processo de elaboração de um livro didático, no ano de 1987, pelos professores do povo indígena Tikuna, que habita nas margens do Rio Solimões e seus afluentes, no oeste do Amazonas, perguntando pelo significado sociocultural da ação por eles desenvolvida. Seguindo a orientação da antropologia interpretativista, parte de um objeto de estudo muito restrito, procurando realizar uma descrição densa, de modo a desocultar as mais abrangentes implicações possíveis. A análise demonstra que a produção do livro didático pelos Tikuna manifesta um amplo movimento de organização e afirmação daquele povo como sujeito político coletivo, através da reconstrução histórica de sua identidade étnica. Conclui, ainda, que a escola em área indígena, apesar da ideologia colonialista de que está impregnada, pode

ser ressignificada pelos próprios povos indígenas, transformando-se para eles num instrumento de autodeterminação.

MONTE, Nietta Lindenberg Monte. *A construção de currículos indígenas nos diários de classe*: estudo do caso Kaxinawá/Acre. Niterói, 1994. 187 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal Fluminense.

*E-mails*: nietta@mdnet.com.br; nietta@ism.com.br

Orientadora: Nilda Alves

Apresento, neste trabalho, o registro e a análise de aspectos das atuais práticas pedagógicas e de letramento de um grupo de professores índios acreanos, em processo de formação como docentes, dentro do programa de educação indígena acreano, “Uma Experiência de Autoria”, ao qual estou integrada como coordenadora pedagógica e professora de línguas. Meu objetivo é pensar sobre a construção do currículo indígena em algumas das escolas indígenas da região, através da leitura de diários de classe de autoria de três professores Kaxinawá. Nesses diários, seus autores narram em língua portuguesa e com desenhos momentos e aspectos do currículo bilíngüe por eles criado e/ou reproduzido, durante o ano letivo de suas escolas, ao mesmo tempo em que inventam uma função social específica para a lecto-escritura em contexto indígena: o registro, o planejamento e a avaliação da história da escola, por meio deste instrumento “diário”. A meta pedagógica do trabalho é continuar a subsidiar a formação destes professores índios, em sua elaboração coletiva de um novo fazer docente para a construção social da escola indígena, através do domínio intelectual do sistema bilíngüe de escrita alfabética. Os diários funcionam, assim, como uma espécie de espelho de imagens e escritas, em que se pode examinar, de fora, as experiências cotidianas, de responsabilidade dos professores e seus alunos índios; além de serem um instrumento

pedagógico precioso para a construção progressiva de uma educação indígena, constantemente formulada, refletida e avaliada, de dentro, pelos seus principais sujeitos-autores. Sendo a lecto-escritura um dos bens e valores fundamentais almejados nas escolas em geral, inclusive as indígenas, os diários de classe ganham uma dimensão lingüística e pedagógica especial: através de sua produção permanente ao longo dos anos, a função social da escrita, enquanto recurso mnemônico e de reflexão crítica, vai constituindo-se em novos e variados sentidos, a partir das práticas letradas destes professores, representantes de sociedades, até muito recentemente, consideradas ágrafas, ou de tradição predominantemente oral.

PEREIRA, Magali Cecili Surjus Pereira. *Socialização secundária nos Kaingáng*. São Paulo, 1994. 205 p. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade de São Paulo.

Orientadora: Luiza Beth Nunes Alonso

A socialização secundária de crianças pertencentes ao grupo indígena Kaingáng foi investigada buscando-se identificar variáveis do processo psicossocial. Complexas relações de aculturação a que estiveram e estão submetidos os Kaingáng do Posto Indígena de Apucarantina traduzem as condições nas quais se insere o desenvolvimento dessas crianças. Participaram dessa pesquisa em torno de cinquenta pessoas entre adultos e crianças. Os dados elaborados foram extraídos de entrevistas, observações e consulta a documentos. Com o auxílio desses, foi possível explicitar diferentes aspectos das atividades desenvolvidas por esse grupo. Evidenciou-se um processo no qual gradativamente a criança se torna membro do grupo Kaingáng – sem anonimato e sem rupturas. A vida dos meninos e das meninas Kaingáng se inscreve em trajetórias psicossociais pré-definidas que restringem o desenvolvimento desses. Ao lado disso, faz-se uma reflexão sobre a escola em consonância com uma proposta política de educação específica para as

escolas indígenas associada a um projeto educacional que leve em conta a formação de indivíduos capazes de determinarem sua vida e a de seu grupo. A tese educacional de G. H. Mead é destacada, uma vez que postula a relação das brincadeiras e dos jogos com a educação, ressaltando o papel dessas atividades como condição geradora do desenvolvimento psicológico dos indivíduos.

1995

BORGES, Rosa Andrade Borges. *Tentativa de resgate da identidade cultural indígena: a especificidade da educação indígena do Iamá*. Utrecht, Holanda, 1995. 131 p. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade de Utrecht.

Orientadora: Sonia Bibe Luyten

O objetivo desta pesquisa é a educação dos povos indígenas no Brasil e as conseqüências que daí advieram para a preservação de sua identidade cultural. Desde a descoberta, em 1.500, vários grupos, especialmente os religiosos, se preocuparam com o destino das comunidades indígenas. Os missionários jesuítas desempenharam um papel eminente nesta problemática. Somente no século 20, sob a influência de teorias alternativas de alfabetização, surgem novos métodos de educação indígena em que os valores tradicionais indígenas são respeitados e valorizados. Estes novos métodos de educação serão ilustrados mediante o programa de educação bilíngüe em Rondônia, da organização não-governamental Instituto de Antropologia e Meio Ambiente (Iamá), em São Paulo.

CARVALHO, Roseli Fialho de. *Subsídios para a compreensão da educação escolar indígena Terena do Mato Grosso do Sul*. Santa Maria, 1995. 133 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Maria.

Orientadora: Aldema Menine Trindade

A partir da minha vivência como professora de História no Núcleo Escolar “General Rondon” na aldeia Bananal, localizada no Distrito de Taunay, município de Aquidauana, sudoeste de Mato Grosso do Sul, senti necessidade de desenvolver uma pesquisa sobre a história da educação escolar indígena do povo Terena, pelo fato de, até aquele momento, não haver estudo sistematizado dos documentos relacionados com a questão que subsidiasse a elaboração de políticas e diretrizes educacionais. Por essa razão, procurei elaborar uma síntese da etno-história dos Terena, resgatar os precedentes da educação escolar indígena, analisar a influência do Estado e da Igreja nessa realidade educacional, bem como situar os princípios que norteiam as discussões referentes à política educacional indígena no País e a conseqüente elaboração de programas e projetos no Estado e nos municípios. A partir daí, foi possível identificar os principais entraves ao desenvolvimento da educação escolar indígena local. Verificou-se, ainda que, em face da situação socioeconômica, política, cultural e lingüística, pela qual passa o povo Terena, incluindo seu desenraizamento, surge a necessidade de uma escola específica, diferenciada, intercultural e de qualidade que os auxilie no processo de compreensão de sua história e de interação com a sociedade regional.

FREITAS, Deborah de Brito Albuquerque Pontes. *Bilingüismo do grupo Arara (Pano) do Acre: sugestões para alfabetização na língua indígena*. Recife, 1995. 286 p. Dissertação (Mestrado em Lingüística) – Universidade Federal de Pernambuco.

Orientadora: Adair Pimentel Palácio

Os Arara ocupam uma área delimitada às margens do Riozinho Cruzeiro do Vale (Igarapé Humaitá), afluente do Alto Juruá, no Estado do Acre. O grupo, cerca de 153 índios, fala português;

destes, dez falam Arara além de português; e vários outros, embora não falem, entendem a língua indígena. Esta dissertação faz inicialmente um relato de natureza histórico-etnográfica que define o Arara como um grupo que apresenta forte assimilação dos elementos culturais da sociedade envolvente e conseqüente perda de sua cultura tradicional. A análise do bilingüismo dos Arara identifica a língua como um dos elementos que mais resiste a este contato. A existência de alguns bilíngües sugere que o grupo tenha um estado de bilingüismo potencial. A língua ainda vive funcionalmente em conversas secretas e onde não há exigência de uma interação comunicativa: na narração de histórias, nos sonhos e nas músicas. Os Arara possuem duas escolas, onde é transmitida a educação formal da sociedade nacional. O grupo demonstra interesse na alfabetização na língua indígena, buscando resgatá-la através de sua formalização. Tentando ir ao encontro desse anseio e com a preocupação de oferecer um retorno social aos índios, esta dissertação sugere uma metodologia educacional apoiada no perfil do grupo, no seu universo vocabular, na Fonologia e no sistema educacional de Paulo Freire, permitindo utilizar linguagens e técnicas pedagógicas que venham propiciar ao grupo não apenas a aquisição da habilidade de ler e escrever, mas também o resgate cultural Arara.

MENDES, Jackeline Rodrigues. *Descompassos na interação professor-aluno na aula de Matemática em contexto indígena*. Campinas, 1995. 67 p. Dissertação (Mestrado em Lingüística Aplicada) – Universidade Estadual de Campinas.

*E-mail:* rodrigues@mpc.com.br

Orientadora: Marilda do Couto Cavalcanti

Este trabalho tem como proposta desenvolver um estudo interdisciplinar que integra as áreas da lingüística aplicada e da educação matemática. Como primeiro resultado desta integração,

é apresentada uma reflexão sobre o conceito de alfabetização matemática e numeramento desenvolvido a partir dos estudos sobre a alfabetização e o letramento. A construção da interação na aula de matemática é tomada como foco de pesquisa, tendo como cenário as aulas de matemática ministradas a um grupo de professores índios Guarani, num contexto de segunda língua. O objetivo da pesquisa desenvolvida é levantar alguns subsídios para a formação e atuação de professores não-índios que trabalham com professores índios. Dada a configuração de uma interação transcultural, focalizamos como pressuposto a existência de descompassos na construção desta interação. Assim, a análise é desenvolvida com o objetivo de identificar os descompassos e observar como se dá a construção da interação a partir destes. Esta pesquisa tem como base a microetnografia da interação, onde a análise é desenvolvida a partir de um microevento sem deixar de abarcar o macroevento social. São usados como fonte de dados as gravações em áudio das aulas, notas de campo e diário do professor. Tomando inicialmente como foco de estudo a construção da fala do professor, são levantados dois descompassos na interação. Um deles referente às diferenças de expectativas sobre a aula de Matemática, mostrando, por um lado, o professor defendendo uma proposta de ensino diferenciada, e por outro, o aluno, o modelo de ensino tradicional. O outro descompasso demonstra a existência de diferenças culturais nas estruturas de participação na aula, relativas ao tempo de silêncio entre pergunta e resposta e manutenção do turno e do tópico. Os resultados da análise levantam questões de importância para a formação e atuação de professores não-índios que trabalham com professores índios. O primeiro descompasso traz à discussão a questão da educação indígena específica e diferenciada. O segundo, sobre as diferenças culturais de organização de fala, aponta a necessidade de estudos de línguas indígenas que abordem essa questão, a fim de subsidiar a atuação dos professores não-índios.

SILVA, Maria do Socorro Pimentel da. *Situação sociolingüística dos Karajá de Santa Isabel do Morro e Fontoura*: uma abordagem

funcionalista. Goiânia, 1995. 140 p. Dissertação (Mestrado em Lingüística) – Universidade Federal de Goiás.

*E-mail*: barbalhopimentel@uol.com.br

Orientadora: Silvia Lúcia Bigonjal Braggio

Este estudo trata de informar sobre a atual situação sociolingüística de duas comunidades Karajá – Santa Isabel do Morro e a de Fontoura, situadas na Ilha do Bananal. Tem por objetivo descrever e analisar a atitude dessas comunidades com relação às duas línguas em contato – Karajá e portuguesa, a facilidade lingüística e os usos dessas línguas nos diferentes domínios sociais e nas interações intra e intergrupos, bem como as funções da linguagem escrita nessas comunidades. Para realizar esta pesquisa, baseamos nos estudos de Grosjean, Hamel, Braggio, Rodrigues e Fishman. Pretendemos com este trabalho estar contribuindo com os estudos sociolingüísticos que se desenvolvem no Brasil sobre os povos indígenas, como também fornecer aos docentes Karajá subsídios para melhor compreenderem a importância dos usos e funções dessas línguas nas interações internas e externas, e, assim favorecer a aquisição do conhecimento necessário aos alunos no enfrentamento da vida, nas relações de interculturalidade.

SILVA, Teodorico Fernandes da Silva. *Educação escolar para os Xavante de Sangradouro*. Cuiabá, 1995. 210 p. Anexos. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Mato Grosso.

Orientadora: Edir Pina de Barros

Esta dissertação se volta para a educação escolar salesiana entre os Xavante que vivem na Terra Indígena Sangradouro, leste de Mato Grosso, onde se situa a Escola Indígena Estadual de I

e II Graus “São José”, na qual iniciou-se, em 1994, um Curso de Magistério. Seu escopo é, a partir de dados bibliográficos, da pesquisa documental, de experiências do autor relativas à assessoria didático-pedagógica aos professores Xavante e da pesquisa de campo, propriamente dita, recuperar a história da educação escolar salesiana contextualizando-a em seus diferentes momentos históricos. Seu horizonte teórico situa-se no campo das relações interétnicas e da etnicidade. As relações entre missionários e indígenas são entendidas como fruto do encontro entre representantes das duas sociedades: a sociedade salesiana e a sociedade xavante.

1996

CARVALHO, Ieda Marques de. *Professor indígena: um educador do índio ou um índio educador?* Campo Grande, 1996. 218 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Católica Dom Bosco.

*E-mail:* iedame@ucdb.br

Orientadora: Helena Faria de Barros

Este estudo focaliza a formação do educador no ensino brasileiro, a partir da observação do trabalho docente desenvolvido em um curso de formação de professores das séries iniciais do 1º grau para o contexto indígena terena. Destaca, igualmente, aspectos da educação indígena em Mato Grosso do Sul e da realidade do povo Terena, neste final de século, povo este que, nas relações contraditórias com o não-índio, busca meios de sobrevivência, procurando manter sua identidade, seu próprio modo de ser. Faz uso da metodologia qualitativa, configurando um estudo de caso que evidencia como os aspectos da cultura e os das experiências individuais são vistos e expressos à luz da antropologia. Utiliza enfoques de natureza didático-pedagógica para estabelecer relações entre a

dimensão legal, a técnica e a socioeducativa do Curso de Formação e Habilitação de Professores de 1ª a 4ª Série do 1º Grau para o Contexto Indígena que, como fatores exógenos, interferem no ato de ensinar. Este, apesar das suas singularidades, só se realiza no confronto dialético com o aprender. A mediação entre o ensinar e o aprender se concretiza via ação docente, que se constituiu no ponto central das análises. Concluindo, aponta a necessidade de ampliar estudos sobre o conhecimento, que passa por transformações para constituir-se em saber escolar, e sobre o currículo a ser dinamizado, tanto na globalidade do sistema educacional brasileiro, quanto na educação indígena, cuja organização e funcionamento, no interior deste sistema, encontram-se em fase embrionária.

CÔRTEZ, Clelia Neri. *A educação é como o vento: os Kiriri por uma educação pluricultural.* Salvador, 1996. 158 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia.

*E-mail:* cleliac@ufba.br

Orientador: Cipriano Carlos Luckesi

Pesquisa em educação e diversidade étnico-cultural, enfocando a educação escolar indígena desejada e em processo de construção pelo povo Kiriri de Mirandela. O estudo foi elaborado, tendo por base dados recolhidos na pesquisa de campo, realizada no período de 1993 a 1995, registros efetuados no período de 1980 a 1983 e trabalhos de outros pesquisadores junto aos Kiriri, analisados na perspectiva interpretativa e dialógica. Desenvolve uma análise compreensiva de por que e como o povo Kiriri, entre outros povos indígenas no Brasil, deseja transformar a escola, tradicionalmente espaço de homogeneização, em espaço de diversidade, a partir da interação dos saberes originários de cada sociedade e da escola da escrita.



CUNHA, Maria Jandyra Cunha. *The Yudja of Xingu: language, literacy and social change among speakers of an endangered language*. Lancaster, Inglaterra, 1996. 271 p. Tese (Doutorado em Lingüística) – Universidade de Lancaster.

*E-mail:* janda@mymail.com.br

Orientadora: Marilyn Martin-Jones

O objetivo deste trabalho é investigar os processos de mudança social e cultural entre os Yudja, do Xingu, e determinar como o uso da língua portuguesa está ligado a esses processos. O relato dos processos apresentados neste estudo está baseado em dois períodos de trabalho de campo desenvolvidos entre os Yudja em 1988 e 1995. São documentados os modos pelos quais o português falado e escrito estava entrando na vida de homens, mulheres e crianças Yudja durante esses dois períodos. Focam-se, em particular, os letramentos sociais em três domínios: a escola, a enfermaria e a estação de rádio amador. Destacam-se, também, os modos pelos quais as práticas lingüísticas e de letramento estão contribuindo para o reforço das divisões de gênero existentes naquela comunidade.

GUIMARÃES, Francisco Alfredo Morais. *Vui-Uata-In (União de todos): uma proposta alternativa no ensino da temática indígena na sala de aula*. Salvador, 1996. 256 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia.

*E-mails:* chicoalfredo@ig.com.br;  
chicoalfredo@e-net.com.br

Orientador: Cipriano Carlos Lukesi

Essa dissertação diz respeito a uma caminhada de pesquisas e ações pedagógicas sobre o tratamento da temática indígena

na sala de aula, desencadeada depois de termos aprendido a ver o mundo pela ótica de povos indígenas, especialmente os Tikuna da aldeia Vui-Uata-In, lá no Alto Solimões, no Amazonas, e os Guajajara da aldeia Massaranduba, nas margens do Rio Pindaré, no Maranhão, com os quais convivemos ente 1985 e 1987. Nela, evidenciamos a necessidade de termos que “transpor os muros da academia”, para, na convivência com povos indígenas, redimensionar um conhecimento vago e estereotipado que tínhamos sobre a questão indígena no País. Nessa mesma lógica, apresentamos um estudo realizado em escolas de Salvador e Alagoinhas, a respeito das representações de professores e alunos sobre o índio no Brasil e na Bahia, em particular, ao que se segue a exposição de uma pesquisa sobre a etno-história dos índios Pataxó, em Porto Seguro (BA). Concluímos nossa investigação apresentando uma proposição pedagógica pluriétnica e pluricultural. Trata-se de uma prática corporal, espiritual e cognitiva que se vive e que pensamos ter conseguido ao nos basearmos sobre princípios estéticos e lúdicos rigorosos, dialogando, assim, com o *ethos* e a visão de mundo de sociedades indígenas.

GUIMARÃES, Susana Martelletti Grillo. *A aquisição da escrita e a diversidade cultural: a prática dos professores Xerente*. Brasília, 1996. 164 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de Brasília.

*E-mail:* susana@grillo.com.br

Orientadora: Laís Mourão

O presente trabalho teve como objetivo analisar a prática educacional de professores índios levando em consideração o conflito interétnico. Procuramos estabelecer as linhas referenciais que identificam esta prática com o projeto de manutenção da identidade étnica entre os Xerente. Para chegarmos a isso investigamos

as concepções e expectativas dos Xerente – lideranças de aldeia, pais de alunos, professores – sobre a relação escola/cultura/aquisição da escrita. Investigamos a situação sociolingüística vivida por esta sociedade que revela a realidade do uso das línguas em conflito e analisamos a prática de sala de aula dos professores em sua congruência com esses fatores sociais. A prática dos professores se revela como uma objetivação do projeto sociocultural dos Xerente de se reestruturar no contexto das relações colonialistas, reconstruindo, reafirmando a identidade étnica, mediante estratégias lingüísticas e pedagógicas. O uso lingüístico e o tratamento de questões culturais ligadas ao que é essencial à organização social dessa sociedade, em sala de aula, fazem da ação desses professores uma prática de revitalização cultural, refuncionalizando a escola para a permanência da diversidade cultural. Os professores são agentes mediadores e dinamizadores que articulam a tradição com a incorporação de um produto cultural da sociedade dominante – a escrita – mediante o uso da língua, como marca da identidade étnica, e da recuperação e registro do discurso do velho-wawê, guardião do *corpus* de tradições. Desse modo, a educação escolar entre os Xerente, cuja tradição está vinculada a uma política assimilacionista de eliminação da diversidade étnica, passa a fazer parte de suas estratégias de resistência sociocultural. Sua prática foi considerada uma elaboração que articula discussões havidas em cursos de formação de professores índios, que se fundamentaram na construção de uma pedagogia para a diversidade cultural e escolhas próprias, tendo em vista as expectativas de sua sociedade. Do ponto de vista do planejamento educacional, este trabalho pretendeu sistematizar conhecimentos para subsidiar programas de formação e assessoria de professores índios, pela análise de uma prática que se constrói dialeticamente, transformando uma estrutura de dominação em fator de reelaboração da identidade étnica por meio de escolhas estratégicas dos professores que são agentes mediadores da apropriação de instrumentos da sociedade dominante para redimensioná-los de acordo com os interesses de sua própria sociedade. A incorporação da escrita se dá dentro de parâmetros sociais característicos da situação de conflito interétnico em que os

Xerente definem seu modelo de letramento a serviço de sua integridade sociocultural.

MAHER, Terezinha Machado. *Ser professor sendo índio: questões de língua(gem) e identidade*. Campinas, 1996. 261 p. Tese (Doutorado em Lingüística) – Universidade Estadual de Campinas.

*E-mail:* tmaher@unicamp.br

Orientadora: Marilda do Couto Cavalcanti

O objetivo desta tese é descrever e discutir os modos pelos quais as práticas discursivas dos participantes índios de um projeto de educação indígena na Amazônia Ocidental refletem processos de (re)definição do que é ser, hoje, um professor-índio, tendo em vista o momento socioistórico. As práticas discursivas eleitas como recorte para esta reflexão são aquelas que dizem respeito à identidade lingüística destes professores, ou seja, às interpretações culturais de suas relações com as línguas que compõem seu repertório verbal. Uma vez que os sujeitos desta pesquisa estão imersos em conflito diglósico, tal conflito é considerado pano de fundo para a análise de seus processos identificatórios. Coletados etnograficamente, os dados analisados recebem tratamento qualitativo. O *corpus* investigado é composto de entrevistas, aulas e atividades extracurriculares gravadas em áudio e vídeo durante cinco cursos de formação pedagógica de que os professores indígenas em pauta participaram. Documentos escritos e gravações realizadas em uma aldeia Apurinã constituem dados secundários de investigação. A observação participante informa o exame dos depoimentos concedidos e a microanálise de interações espontâneas. Discursos referentes a esforços de preservação e recuperação de línguas indígenas, em suas modalidades orais e escritas, são discutidos por se mostrarem fatores determinantes nos processos de (re)construção de facetas da identidade dos professores-índios observados.

A emergência de um Português Índio utilizado pelos sujeitos de pesquisa para marcar etnicidade, bem como a utilização da língua dominante para o estabelecimento de uma identidade indígena pan-étnica são também focos de reflexão. A expectativa é de que os resultados desta pesquisa possam provocar e subsidiar reflexões acerca dos processos de formação pedagógica de professores-índios no País.

TAUKANE, Darlene Y. *Educação escolar entre os Kurâ-Bakairi*. Cuiabá, 1996. 177 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Mato Grosso.

Orientadora: Edir Pina de Barros

O tema desta dissertação é a educação escolar entre os Kurâ-Bakairi, povo indígena ao qual a autora pertence e que habita, na região norte-matogrossense, duas Terras indígenas denominadas Santana e Bakairi. É para esta última área, na qual vive a maioria de sua população e na qual a autora nasceu e se criou, que se volta a atenção desse estudo. Seu objetivo é estudar a educação escolar em perspectiva histórica, levando em conta dois períodos bem marcados: 1) 1920-1984 – quando o Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais, por meio de seus agentes, se faz presente na vida desse povo. Nesse período tem-se a primeira demarcação da terra indígena Bakairi – com todas as perdas territoriais que isso implica –, a fundação do posto indígena, as ações no sentido de atrair todos os povos alto-xinguanos para essa área, a implantação da escola em 1922, a atuação dos missionários protestantes americanos e dos agentes da Fundação Nacional do Índio, a partir de 1967 até o ano de 1984; 2) 1985 até 1996: os Kurâ-Bakairi assumem o Posto Indígena e a escola como professores. Tem ainda um objetivo específico, qual seja, evidenciar a escola como projeto de seu povo, mostrando como dela se apropriaram enquanto instrumento de luta por seus interesses e sua autonomia. Pretende

contribuir ainda para a melhoria da educação escolar de seu povo e para o debate sobre a questão da educação escolar indígena.

VENCIO, Elisabeth. *Cartas entre os Jarawara: um estudo da apropriação da escrita*. Campinas, 1996. 85 p. Dissertação (Mestrado em Lingüística) – Universidade Estadual de Campinas.

Orientadora: Tânia Maria Alkmin

A presente dissertação relata a experiência do povo Jarawara com a escrita. Embora sendo uma sociedade de tradição oral, os Jarawara, que foram contactados na segunda metade do século passado, recentemente solicitaram a escrita. Receberam a alfabetização na língua Jarawara e os livros pós-cartilha foram escritos pelos próprios Jarawara recém-alfabetizados, com temas do etnoconhecimento do povo. Mesmo procurando respeitar as tradições Jarawara, essa escola inicial ainda era marcada pela tradição escolar dos “brancos”. A verdadeira escola Jarawara estabeleceu-se quando os próprios Jarawara assumiram o controle do processo de escolarização fazendo várias modificações. A modificação mais profunda que fizeram foi a mudança da função que receberam para a escrita, pela substituição do livro didático impessoal, pré-elaborado, que foi trocado pela carta, que se tornou o livro didático Jarawara, pessoal e em constante elaboração. A carta se tornou o meio e o fim do letramento. Além disso, criaram a carta Jarawara, tendo como característica principal o fato de ser escrita para uma pessoa em particular, mas lida por todas. O mais surpreendente na experiência Jarawara com a escrita é a rapidez com que o povo assumiu o controle do novo conhecimento: tendo recebido a escola em 1989, apenas quatro anos depois, em 1992, a escola e a escrita Jarawara já eram realidade. A experiência Jarawara demonstra, portanto, que as pessoas podem agir sobre a escrita, transformando-a e dando-lhe a forma desejada.

1997

DORETO, Givaldo. *A educação e os conflitos econômicos e políticos: a luta para a preservação cultural do povo Guarani*. Campo Grande, 1997. 150 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Católica Dom Bosco.

Orientador: José do Nascimento

O autor da dissertação faz uma análise antropológica e cultural da inter-relação das comunidades indígenas com as não-indígenas para depreender a historicidade e os conflitos que permeiam essa relação. Procura demonstrar as mazelas do processo de alfabetização dos indígenas, sua inserção na escola e na comunidade não-indígena e o processo de afastamento de sua identidade cultural. Para isso teve como referência básica de análise a percepção dos sujeitos envolvidos no processo de ensino-aprendizagem (os estudantes indígenas, os educadores e as lideranças da comunidade indígena) a respeito do fenômeno educacional indígena. Inicialmente, no primeiro capítulo, relata a metodologia de pesquisa adotada: o estudo de caso por adaptar melhor à natureza da pesquisa. Caracteriza a população estudada, a área geográfica, os procedimentos utilizados na coleta dos dados e os de análise. O eixo inicial de análise foi a questão educacional dos indígenas Guarani (Kaiowá e Nhandeva). Em seguida, no segundo capítulo, coloca em evidência a história da Reserva Indígena de Dourados (MS), procura explicar o impacto de chegada desses índios, as mudanças fundamentais na Reserva, principalmente através da superlotação e dos conflitos entre seus integrantes. No terceiro capítulo, procura esclarecer as características da educação no período que precede à intervenção da cultura não-indígena. Analisa a educação informal transmitida de pai para filho pela comunicação oral e da prática do cotidiano que é baseada na experiência dos mais velhos. Analisa, também, a estrutura e o funcionamento da escola pública municipal que segue as diretrizes da Secretaria Municipal de Educação, cuja maior

preocupação é a alfabetização sem preocupação com o processo de preservação da identidade cultural do índio. É analisada também aqui a controvertida questão do bilingüismo para a educação indígena. No quarto capítulo, é analisada a atuação da escola e da Secretaria Municipal de Educação, suas propostas de trabalho e linhas de ação, bem como os aspectos lacunares para a minimização do fracasso escolar dos estudantes indígenas. Finalmente, no Capítulo 5, analisa a experiência realizada pela Secretaria Municipal de Educação de Dourados juntamente com a Secretaria Estadual de Educação do Mato Grosso do Sul na sua tentativa de introduzir a alfabetização em língua materna na Escola Tengatuí Marangatu e suas repercussões no cotidiano da referida escola bem como o conteúdo do documento-compromisso *Salto curumim* e suas implicações para a organização interna da escola e a prática dos educadores diante da realidade indígena. O autor conclui que é preciso avançar em muitas questões teórico-práticas sobre a alfabetização indígena na língua materna e repensar a estrutura e o funcionamento da escola em sua globalidade, demandada pelos indígenas, e à sua correlação com a política e, a partir daí, redimensionar as diretrizes da organização escolar, ancoradas nos valores, desejos e crenças dos sujeitos históricos envolvidos que são os próprios índios. Avançar nesta direção significa (re)conquistar um espaço de um povo que há quase cinco séculos no Brasil estão expropriados tanto dos seus bens materiais como dos seus bens simbólicos, culturais e subjetivos.

ISAAC, Paulo Augusto Mário. *Educação escolar indígena Bóe-Bororo: alternativa e resistência em Tadarimana*. Cuiabá, 1997. 234 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Mato Grosso.

Orientadora: Edir Pina de Barros

Trata-se de um estudo da educação escolar indígena em uma perspectiva política realizado entre os Bororo de Tadarimana

(MT). Tem por objetivos: 1) descrever o processo pelo qual vem sendo ressignificada a experiência escolar entre 1992-1996; 2) descrever como a educação escolar está refletindo o jogo de poder nas relações sociais Bóe-Bororo, em Tadarimana; 3) demonstrar como os índios exploram as condições e as situações que lhes são favoráveis com o fim de alcançar seus objetivos pessoais, factionais e social; 4) interpretar como os Bóe-Bororo de Tadarimana impetram ações em dois campos de relações sociais diferentes e específicos: o campo das relações Bóe-Bororo e o campo das relações interétnicas. A educação escolar aparece, nesse estudo, como uma tática de reordenamento estratégico da sociedade Bororo. Sua apropriação no campo das relações sociais indígenas constitui-se um dos focos de tensões, em que emergem discussões quanto ao seu papel, à sua localização espacial física e sociocultural e às mudanças que tal apropriação implicará nas relações sociais do grupo. É nessa situação histórica que a educação escolar se configura como uma alternativa e ao mesmo tempo como uma resistência da sociedade indígena diante da nova conjuntura nacional. A escolha teórico-metodológica da dramaturgia social deu-se com o objetivo de focar os aspectos mais expressivos das relações sociais e políticas Bóe-Bororo e também as tensões que se concentram no jogo de poder. No entanto, em vez de focalizar a estrutura social, enfocou-se as relações sociais, os papéis sociais e as pessoas nesses papéis.

LEITÃO, Rosani Moreira. *Educação e tradição: o significado da educação escolar para o povo Karajá de Santa Isabel do Morro. Ilha do Bananal – Tocantins*. Goiânia, 1997. 297 p. Dissertação (Mestrado em Educação Escolar Brasileira) – Universidade Federal de Goiás.

*E-mail:* rleitao@unb.br

Orientadora: Silvia Lúcia Bigonjal Braggi  
Co-orientadora: Edna Luísa de Melo Taveira

Este trabalho tem como objetivo descrever o discurso do grupo indígena Karajá da Aldeia de Santa Isabel do Morro, na Ilha do Bananal (TO) e interpretar o significado que este povo atribui à educação escolar, bem como a forma pela qual saber escolar e cultura tradicional coexistem. A pesquisa pretende fornecer substratos para a reflexão do contato interétnico entre “índios” e “brancos”, assim como subsidiar o planejamento e desenvolvimento de projetos de educação voltados para as comunidades indígenas. O estudo foi realizado com base no referencial teórico da antropologia, da etnologia indígena e da sociolinguística, e a metodologia utilizada na pesquisa abrange o estudo da bibliografia específica, a observação direta, entrevistas gravadas, registros fotográficos, conversas informais e coleta de redações e desenhos dos alunos da escola indígena da aldeia pesquisada. A observação direta foi realizada em três etapas e enfocou o cotidiano da escola indígena e das pessoas e algumas práticas rituais do grupo. A pesquisa revela que a educação escolar é freqüentemente apontada nos discursos Karajá como um aspecto necessário para o enfrentamento das situações emergentes, a partir do contato com a sociedade envolvente. Entretanto, a apropriação do saber escolar ocorre em virtude dos interesses Karajá e da reafirmação da identidade étnica deste povo. A escola indígena é apontada nos discursos como detentora de um papel voltado para a formação de uma consciência étnica comprometida com os interesses do grupo, o que permite aos jovens continuarem os estudos na cidade sem romper os vínculos com a cultura tradicional. O acesso aos elementos básicos da cultura universal e ao conhecimento dos mecanismos de funcionamento da sociedade envolvente são apontados como dados necessários para a construção de uma identidade, ao mesmo tempo, indígena e brasileira. Os discursos vinculam o conhecimento e o domínio da língua oficial à escrita e às necessidades decorrentes de situações de interação com a sociedade “branca”, enquanto a língua nativa é vinculada, principalmente, à oralidade e encontra sua funcionalidade nas situações comunicativas internas da aldeia.



PEREIRA, Angela Maria Nunes Machado. *A sociedade das crianças A'uwê-Xavante: por uma antropologia da criança*. São Paulo, 1997. 216 p. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

Orientadora: Maria Aracy de Padua Lopes da Silva

Na Antropologia existem poucos estudos que tenham a criança como eixo central de suas investigações. Desse modo, e contrariamente ao que aconteceu com outros temas aos quais esta disciplina tem se dedicado, não foi possível até agora construir um referencial teórico e um campo metodológico que dessem conta das indagações que têm emergido do universo da infância. Este trabalho traz a criança para primeiro plano, demonstrando que uma antropologia da criança é possível, viável, e que tem interesse, pois abre novas perspectivas para o conhecimento dos povos do mundo. Propõe a criação de um espaço efetivo e sistemático de pesquisa, discussão e reflexão sobre a criança, para que seja possível conhecê-la. Só assim se superará a idéia de que a criança é um ser incompleto e se reconhecerá o seu lugar pleno de sociabilidade. A vivência do cotidiano das crianças A'uwê-Xavante e a sua atividade lúdica, pensadas conjuntamente, são os temas que conduzem este estudo.

SCANDIUZZI, Pedro Paulo. *A dinâmica da contagem de Lahatua Otomo e suas implicações educacionais: uma pesquisa em etnomatemática*. Campinas, 1997. 181 p. Dissertação (Mestrado em Educação Matemática) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas.

E-mail: pepe@edu.ibilce.unesp.br

Orientador: João Frederico C. A. Meyer

Este estudo visa à avaliação qualitativa dos resultados dentro do programa de etnomatemática, com base na teoria de Paulo Freire e na etnografia como método de pesquisa. Minhas observações analisaram as transformações ocorridas com os índios da tribo Kuikuro, chamados de Lahatua Otomo, em mais de um século de contato com a sociedade nacional. O trabalho de campo foi realizado no decorrer dos cursos de formação de professores indígenas, nos postos indígenas Diauarum e Pavuru, localizados no Parque Nacional do Xingu, Mato Grosso e na aldeia Kuikuro. Da experiência no interior dos grupos indígenas e dos dados observados, concluo que é de suma importância por parte dos caraibas (não-índios) desenvolver uma pedagogia específica, diferenciando e respeitando a alteridade do grupo. Naturalmente, os resultados do trabalho sugerem mudanças na História da Matemática e inclusões da História da Matemática de nossos povos indígenas no espaço da escola formal. É importante e valiosa a continuidade da pesquisa, tanto em contagem dos povos indígenas como nos desenhos de artesanatos e pinturas corporais de cada etnia moradora da sociedade nacional brasileira.

SILVA, Rosa Helena da. *A autonomia como valor e a articulação de possibilidades: um estudo do movimento dos professores indígenas do Amazonas, Roraima e Acre, a partir de seus encontros anuais*. São Paulo, 1997. 278 p. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo.

Orientadora: Roseli Fischmann

A partir do estudo do movimento dos professores indígenas do Amazonas, Roraima e Acre, tendo como eixo de análise referencial seus encontros anuais e as próprias experiências dos professores indígenas participantes deste movimento, na prática cotidiana em suas regiões, o presente trabalho procura verificar o papel cultural, político e pedagógico dessa articulação/organização indígena na construção de Escolas Indígenas. Trabalha-se com a

concepção de “escola indígena” como nova forma de instituição educacional, definindo-se a serviço de cada povo, como instrumento de afirmação e reelaboração cultural. Ao mesmo tempo, uma escola que contribua para a conquista, pelos povos indígenas, de espaço político no campo da educação, dentro do Estado Brasileiro, buscando novas relações interculturais, no marco do reconhecimento do Brasil como país pluricultural, assim como a superação da perspectiva integracionista. Uma escola indígena que se contrapõe, assim, à idéia e à realidade das “escolas para os índios”. O trabalho analisa ainda os limites e as possibilidades das escolas indígenas, como recurso político-cultural de afirmação das identidades no confronto e/ou enfrentamento da realidade atual, no que se refere ao contato interétnico, identificando os avanços, as contradições e as tensões desse processo.

SILVEIRA, Déa Maria Ferreira. *Escola da aldeia: rumo a uma educação diferenciada*. Guarapuava, 1997. 183 p. Anexos. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas; Universidade Estadual Centro-Oeste do Paraná.

Orientadora: Dulce Maria Pompêo de Camargo

A Constituição de 1988 assegura às sociedades indígenas o direito ao uso de suas línguas maternas e aos processos próprios de aprendizagem, abrindo o espaço para uma escola indígena específica, diferenciada, intercultural e bilíngüe. Embora a legislação seja avançada, na prática, as escolas pesquisadas continuam dando os primeiros passos para a conquista de uma escola indígena nesse nível. A língua usada na alfabetização é um dos elementos que agravam a situação das escolas. As crianças só falam a língua materna e os professores não-índios que não falam e não entendem a língua Kaingang alfabetizam as crianças em português. Sugerimos a conquista de um currículo multicultural a partir dos parâmetros ou invariantes culturais, que são os grandes núcleos em torno dos

quais se podem agrupar termos, problemas e diferenciações internas da cultura em contraste com outras.

SOUZA, Hellen Cristina de. *Entre a aldeia e a cidade: educação escolar Paresí*. Cuiabá, 1997. 232 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Mato Grosso.

Orientadora: Edir Pina de Barros

O estudo se volta para a educação escolar Paresí (Aruák) no município de Tangará da Serra (MT), e sua ênfase recai sobre a relação entre educação escolar e diversidade étnica. Ele partiu das vivências dos jovens e adolescentes Paresí que migraram para esse município com a intenção de continuar os estudos. A dissertação traz o registro e a análise das impressões e dos resultados dos processos de educação escolar a que foram submetidos no contexto urbano. E, como condição necessária para entender e situar o estudante que deixa a aldeia, buscou-se levantar e analisar informações sobre as escolas indígenas, relacionando-as no contexto maior da sociedade em questão. Focaliza a relação dos Paresí com a cidade de Tangará da Serra, os estudantes (desde 1980), as suas escolas, quem são eles, de onde vieram, como se sentiram, a evasão e a repetência, buscando compreender como a escola se torna obstáculo na luta pela conquista da cidadania entre os grupos etnicamente diferenciados. Reúne dados obtidos nas aldeias, pesquisa bibliográfica, entrevistas com professores das escolas urbanas e alunos Paresí, levantamentos de dados em arquivos dessas escolas. Aponta a necessidade de novos parâmetros e de políticas públicas diferenciadas que atendam, de fato, às necessidades e aos interesses indígenas.

1998

DALMOLIN, Gilberto Francisco. *A educação escolar nas comunidades indígenas*. Rio de Janeiro, 1998. 106 p. Dissertação (Mestrado

em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Orientador: Manoel Severo de Farias

A partir de uma caracterização do processo que envolve a relação dos povos indígenas com a escola, apresentado na forma de tendências na educação escolar indígena, diferenciam-se as posturas da escola para o índio que visa integrá-lo à sociedade nacional das posturas da educação escolar indígena, forma educativa em processo de construção, que parte do respeito ao diferente e da valorização da cultura indígena. Dessa contextualização é analisado o processo de construção da escola indígena pelas comunidades indígenas da região do Rio Elvira, Estado do Acre, tendo como referência para análise as concepções pedagógicas na educação escolar brasileira, a regulamentação oficial da educação escolar indígena, a concepção de educação escolar nas comunidades indígenas defendida pelas organizações indigenistas e a concepção de escola indígena na manifestação dos povos indígenas, por meio de suas organizações. É analisada, também, a contribuição dessa escola em processo de construção para a conquista de direitos como a autonomia, o controle de suas próprias instituições e o respeito à identidade própria como povos indígenas, direitos estes defendidos internacionalmente para os povos indígenas.

FERNANDES JÚNIOR, José Resina. *Da aldeia do campo para a aldeia da cidade: implicações socioeconômicas e educacionais no êxodo dos índios Terena para o perímetro urbano de Campo Grande (MS)*. Campo Grande, 1998. 113 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Católica Dom Bosco.

*E-mail:* jresina@ucdb.br

Orientadora: Sonia Grubits

Neste trabalho estudamos a problemática do índio desaldeado, ou seja, daquelas famílias que realizam a troca da aldeia pelo perímetro urbano da cidade, mais especificamente estudamos a comunidade indígena que ocupou, em julho de 1995, uma área de terras do órgão tutor – Fundação Nacional do Índio (Funai) – e que se localiza no perímetro urbano de Campo Grande (MS). Das 74 famílias que realizaram a ocupação, em se tratando de índios, fato inédito no Brasil, 55 são indígenas (54 da tribo Terena e uma da tribo Guarani), quatro mestiças e 19 não-índias. Fizemos o levantamento dos dados sobre as condições gerais de vida dos desaldeados, análise dos motivos da migração para a cidade, verificação das conseqüências dessa migração no que tange à qualidade da vida do grupo, influência na cultura desse povo, além de descrição do sistema educacional desenvolvido na escola indígena local. A opção desse grupo Terena pela cidade ocorreu em função da procura por emprego, principalmente o assalariado, pela escola e pela saúde. Verificamos, ainda, a precariedade nas condições de vida daquelas famílias, algumas morando em barracos com parede e cobertura de lona plástica, ou pedaços de tábuas, madeirite, etc., sem as mínimas condições sanitárias como: esgoto, fossas, sanitários. A escola indígena é considerada de suma importância para essas famílias indígenas e, por não encontrarem vagas disponíveis para seus filhos, resolveu construir uma escola para atender à demanda. A maioria dos professores não possui qualquer conhecimento da cultura Terena, o que dificulta, sobremaneira, o processo de ensino-aprendizagem. Constatamos, também, o fato relevante de que esta é a primeira ação desse gênero realizada no País por um grupo indígena. Podemos afirmar que esses fatos só foram possíveis graças ao *movimento grupal* dessas famílias que se organizaram para o enfrentamento de um sistema social adverso daquele em que estavam acostumados a viver, aliada a vontade de manter viva sua identidade cultural. Assim é que esse grupo indígena buscou solucionar problemas comuns a todos, garantindo a sobrevivência e seus costumes, valores e instituições necessárias para a continuidade da sociedade, o que fortalece a *identidade* de um povo. Ressaltamos que inúmeras ações

deverão ser dirigidas para as famílias indígenas que vivem atualmente nas aldeias, como forma de fixação em seu local de origem e, do mesmo modo, para as famílias indígenas desaldeadas, deverão ser desenvolvidas ações que possam oferecer condições de vida digna e, principalmente, que sejam respeitadas em seus valores e costumes.

MANGOLIN, Olívio. *Da escola que o branco faz à escola que o índio necessita e quer uma educação indígena de qualidade*. Campo Grande, 1998. 155 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Católica Dom Bosco.

*E-mail:* oliviom@terra.com.br

Orientador: Alfredo Sganzerla

Esta dissertação trata de um estudo do sistema educacional do povo Terena que fizemos através da observação participante da realidade cultural, do aprender como eles tecem a sua educação específica (o dinamismo próprio), no contexto das inúmeras dificuldades enfrentadas por este povo. Descreve a vida cotidiana do povo com os aspectos da cultura própria contextualizada. Recupera a estrutura social vivida pelos Aruak, no Chaco Paraguaio, e explicita os elementos desta estrutura ainda presentes na realidade de reservas indígenas no Mato Grosso do Sul. Atualiza o histórico e o censo das aldeias Terena. Discute a questão da educação escolar indígena: o que se produziu até hoje em termos de conhecimento e como os Terena estão entendendo a questão. Fundamenta-se na legislação existente para explicar a possível política neste sentido. Explicita o “visóneu” (“nosso pensamento”) do povo Terena acerca da formação/educação. O que se pretende, enfim, é conhecer a educação escolar indígena e identificar suas características, especialmente no que tange à interculturalidade, bilíngüe como ponto de partida, específica e diferenciada. Produz uma análise comparativa

acerca do tema: educação/formação, na ótica do cidadão brasileiro, do professor universitário e do povo Terena.

VIEIRA, Carlos Henrique. *Nas sendas da modernidade: educação, modernização e comunidades autóctones na história do Espírito Santo*. Vitória, 1998. 103 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Espírito Santo.

Orientador: João Eudes Rodrigues Pinheiro

Este estudo trata do processo de instauração do mundo moderno no Estado do Espírito Santo e suas relações com a educação, evidenciando seus reflexos sobre as comunidades indígenas da região. Enfoca as questões da modernização confrontando os extremos de uma cadeia de relações que vai da aldeia ao globo e vice-versa, de forma a sustentar a possibilidade de se pensar a questão indígena sem se alienar a uma perspectiva romântica ou evolucionista e buscando demonstrar a necessidade de se resgatar ou construir um diálogo entre o tradicional e o moderno, como uma forma urgente de se retomar os caminhos de nossa história, colocando o humano e não a técnica como centro das preocupações. Falo a partir da educação, pois sustenta que é em seu âmbito que se pode construir ou recuperar um pensamento autóctone, isto é, voltado para o bem-estar dos povos da terra e não de outrem. Impõe-se, portanto, como um exercício epistemológico de caráter qualitativo no qual se busca fundar uma forma não alienada de se construir um conhecimento que interessa ao ser humano que habita esse espaço tocado pelas investidas modernizantes, fazendo eco a uma perspectiva que toma corpo em todo o mundo e que tem as preocupações ecológicas como centro. Impõe-se também como uma tentativa de esclarecer o papel da educação, tanto no espaço tradicional/popular quanto indígena, demonstrando que há a necessidade de se trazer à escola formal regular os ensinamentos que se pode retirar das experiências em educação indígena.

1999

AGUILERA, Antonio Hilário. *Mano: currículo e cultura na escola indígena Bororo*. Cuiabá, 1999. 181 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Mato Grosso.

*E-mail:* antonio\_hilario@hotmail.com

Orientadora: Edir Pina de Barros

O presente estudo se propõe a contribuir com a pesquisa sobre “currículo e cultura”, aprofundando a relação entre estas duas realidades presentes de forma marcante na educação, de maneira toda especial no que concerne à educação escolar indígena. O estudo deu-se na sociedade Bororo de Meruri, município de General Carneiro (MT). Tem por objetivo: 1) descrever o ritual do Mano, evento marcante para a comunidade e para a escola, e a maneira como foi trabalhado pedagogicamente; 2) contextualizar o povo que celebra esse ritual, traçando em rápidas linhas a memória dessa Escola Indígena de Meruri em suas três fases mais características; 3) demonstrar que a recuperação desse ritual tem profunda relação com a dimensão da identidade étnica; 4) aprofundar a reflexão sobre as implicações entre cultura e currículo na educação escolar indígena. A festa do Mano e o envolvimento da escola com a comunidade tornam-se pontos de referência para as futuras práticas pedagógicas de uma escola realmente indígena, onde os conteúdos devem ser do interesse de cada grupo, com a valorização de seus etnoconhecimentos, já na elaboração e na execução dos projetos de escola.

ALBUQUERQUE, Francisco Edviges. *Contato dos Apinajé de Riachinho e Bonito com o português: aspectos da situação sociolingüística*. Goiânia, 1999. 132 p. Dissertação (Mestrado em Lingüística) – Universidade Federal de Goiás.

*E-mail:* fedviges@uol.com.br

Orientadora: Silvia Lúcia Bigonjal Braggio

Neste estudo, examinamos a situação de contato dos Apinayé de Riachinho e Bonito com o português. Nosso objetivo foi não só analisar e descrever a atitude desses indígenas em relação às duas línguas em contato, o Apinayé e o português, bem como compreender “como”, “por que”, “onde”, “quando” e “com que propósito” esses povos usam a língua Apinayé ou o Português nas relações intra e intergrupos, a facilidade lingüística, os usos e funções da linguagem escrita nas duas comunidades pesquisadas. Para isso, apoiamos-nos nas teorias de aquisição de primeira e segunda línguas, partindo do pressuposto de que o uso da língua Apinayé e do português decorre de um processo sociointeracional entre os falantes das comunidades Apinayé com os da sociedade majoritária. Segundo Hamel, há nas comunidades indígenas uma forte pressão de ordem econômica, histórica, política, lingüística e cultural que leva os falantes de língua indígena a desenvolverem um domínio suficiente para a comunicação na língua da sociedade envolvente. Inicialmente, apresentamos alguns aspectos relacionados com as situações de contato dos Apinayé com a sociedade majoritária, que serviram de suporte para que pudéssemos melhor compreender a importância dos usos e funções da língua Apinayé e do português e a relação entre o falar bilíngüe e o contexto sociocultural em que as comunidades Apinayé de Riachinho e Bonito estão inseridas. Durante a análise, utilizamos os postulados teóricos acerca das sociedades bilíngües e do bilingüismo na infância, a fim de analisar os aspectos da situação sociolingüística de Riachinho e Bonito, onde se concentra o maior número de não-indígenas casados com indígenas. Finalmente, refletimos também sobre a facilidade lingüística, o uso da língua Apinayé e da portuguesa na sua modalidade oral de Riachinho e Bonito, nos diferentes domínios sociais como proposto por Fishman, Meliá e Hamel.



ALBUQUERQUE, Maria do Socorro Craveiro de. *A educação física na escola indígena: limites e possibilidades*. Rio de Janeiro, 1999. 198 p. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Orientadores: Pedro Benjamim de Carvalho e Silva Garcia  
Co-Orientador: Manoel Severo de Farias

Na área dos direitos humanos, a questão indígena é um capítulo especial. Trata dos direitos das populações indígenas em relação ao seu destino como povos autônomos, do acesso às informações cruciais à sua sobrevivência, da garantia e respeito a um território adequado às suas necessidades. Trata, enfim, da liberdade desses povos tanto no que se refere à assistência médica, jurídica e educacional, quanto às formas de organização estabelecidas no contato interétnico, voltadas para a sua existência e reprodução cultural. Considerando os múltiplos aspectos temáticos da promoção dos direitos dos índios e as tendências assentadas no tratamento da questão indígena, este trabalho procura discutir uma educação que considere as especificidades e os interesses desses povos. Mais especificadamente, procura verificar os limites e as possibilidades da implantação da Educação Física na escola indígena. Inicialmente, apresento um resumo dos principais elementos que determinam atualmente o sentido e a natureza da questão indígena e que posicionam os índios diante de suas perspectivas de ação política. O primeiro desses elementos refere-se à visível recuperação demográfica da população indígena brasileira, que hoje conta com uma taxa de crescimento superior à média nacional. Outros elementos igualmente importantes referem-se ao poder de interferência dos interesses econômicos, dos militares, da Igreja e da sociedade civil na correlação de forças entre os índios e a sociedade nacional no contexto histórico brasileiro. Nesse sentido, adentramos a questão da articulação entre o movimento indígena e os movimentos populares, somatório de forças e idéias que dão novos significados e direção à defesa dos índios brasileiros como parceiros definitivos

da realidade pluriétnica nacional. Em seguida, trato da educação escolar indígena a partir dos novos marcos conceituais estabelecidos na década de 80 e do significado da escolarização como reforço da identidade indígena. A partir da inserção da Educação Física na história da educação, numa abordagem mais ampla, situo o objeto deste trabalho, ou seja, como se deu o processo de discussão de introdução dessa disciplina na educação escolar indígena do Acre. Por fim, aprofundo as questões referentes aos limites e às possibilidades da Educação Física na educação escolar indígena a partir da trajetória da educadora Nietta Lindenberg Monte, abordando ainda a dimensão de autoria existente no projeto de educação da Comissão Pró-Índio do Acre, bem como o subsídio fornecido pelo documento *Referencial curricular nacional para as escolas indígenas*. As conclusões sugerem a necessidade de assegurar a continuidade da discussão iniciada, apontando um caminho possível para a Educação Física: a formação do professor índio como pesquisador das práticas corporais de seu povo. Seu trabalho resultaria em revitalização cultural, reforço da identidade e releitura das práticas corporais da sociedade envolvente. Esses elementos serviriam como subsídio para uma aprendizagem contextualizada e mais efetiva para as comunidades indígenas.

ALMEIDA, Maria Inês de. *Ensaio sobre a literatura indígena contemporânea no Brasil*. São Paulo, 1999. 243 p. Tese (Doutorado em Comunicação e Semiótica) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

E-mail: crenac@terra.com.br

Orientador: José Amálio de Branco Pinheiro

Nos últimos anos, movidos por projetos políticos e educacionais, alguns povos indígenas do Brasil têm se esforçado para

escrever e publicar livros. Trata-se de um processo coletivo de produção simbólica que nos leva à discussão sobre representação, sujeito e estilo, e se aproxima da contemporaneidade artística. Para melhor observar esse fenômeno literário, foi necessário perseguir, na história e na prática, o trajeto das histórias contadas pelos índios até se tornarem histórias escritas pelos índios. Lendo cerca de cem livros publicados por diversas etnias de norte a sul do País, coordenando a edição de seis títulos em Minas Gerais, pude verificar que a literatura indígena configura-se em projetos gráficos que põem em circulação as marcas étnicas, mas, sobretudo, através das imagens e do léxico, o pensamento de cada povo.

AMANCIO, Chateaubriand Nunes. *Os Kanhgág da Bacia do Tibagi: um estudo etnomatemático em comunidades indígenas*. Rio Claro, 1999. 83 p. Anexos. Dissertação (Mestrado em Educação Matemática) – Universidade Estadual Paulista.

Orientador: Ubiratan D'Ambrosio

Estudo centrado na área de educação matemática sob o enfoque do programa de pesquisa etnomatemática. Realizado em comunidades indígenas da etnia Kanhgág, localizadas na região da Bacia do Tibagi, norte do Estado do Paraná. Procura articular contribuições da área de Antropologia e de História, no que diz respeito tanto a reflexões e à metodologia próprias de cada uma delas quanto a estudos já realizados sobre os aspectos tradicionais dessa cultura indígena, e os aspectos históricos envolvidos no contato com a sociedade não-indígena. Juntamente com o espaço religioso, o espaço escolar é um dos mais antigos cenários criados pelo contato. As transformações ocorrem e levam a reavaliações de significados, que acabam sintetizados em conhecimento mesclado, híbrido. Como lidar com esse conhecimento no estudo da Matemática é uma das contribuições que a Etnomatemática pode dar e que o estudo tenta mostrar.

BONIN, Iara Tatiana. *Encontro das águas: educação e escola no dinamismo da vida Kambeba*. Brasília, 1999. 195 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de Brasília.

Orientadora: Iria Brzezinski

Analisa a educação concebida e construída pelos Kambeba da aldeia Nossa Senhora da Saúde, no Estado do Amazonas, tomando como referência os dados registrados na historiografia, na memória coletiva do povo e nas observações sistemáticas realizadas na aldeia durante a pesquisa de campo. Objetiva compreender o significado da educação escolar para os Kambeba e as formas pelas quais a comunidade se apropria dessa instituição e a transforma. A análise da organização do trabalho pedagógico da escola Kambeba evidencia o papel conferido ao professor indígena, os processos de formação que subsidiam sua prática e ainda o sentido do conhecimento escolar para esse povo indígena. A imposição da escola oficial na vida e nos processos educativos do povo Kambeba é comparada, nesta dissertação, ao encontro de dois rios. Considerando a complexidade da educação em um contexto indígena, a análise construída fundamenta-se em uma abordagem histórica e no estudo etnográfico da aldeia Nossa Senhora da Saúde e ancora-se num referencial teórico que articula conceitos de cultura, memória coletiva e educação, permitindo compreender como os Kambeba constroem seus processos educativos, no dinamismo de sua vida, pela ação-reflexão-ação.

BORGES, Paulo Humberto Porto. *Ymã: ano mil e quinhentos*. Campinas, 1999. 190 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas.

E-mail: portoborges@bol.com.br

Orientadora: Ernesta Zamboni

Esta dissertação tem como objetivo discutir as possibilidades de ensino e construção de conhecimentos históricos na comunidade indígena Guarani-Mbya, da aldeia de Sapuakí, no Estado do Rio de Janeiro, em um contexto de educação escolar intercultural. Reflete acerca da utilização de documentação imagética – fotografias, gravuras e iconografias – produzidas por não-índios como fontes históricas na reconstrução e no registro de uma memória indígena.

CAVALCANTI, Ricardo Antonio S. *Presente de branco, presente de grego? Escola e escrita em comunidades indígenas do Brasil Central*. Rio de Janeiro, 1999. 208 p. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

*E-mail:* riccaval@yahoo.com.br

Orientadora: Bruna Franchetto

Este trabalho se propõe como uma investigação antropológica sobre o significado da apropriação da escola por comunidades indígenas brasileiras e, no âmbito desse fenômeno, uma discussão em torno do lugar da escrita, dos instrumentos e dos contextos de transmissão do conhecimento. O foco etnográfico são as populações alto-xinguanas, mais precisamente um grupo Kalapalo e um grupo Bakairi (povo que deixou definitivamente o Alto Xingu na década de 20 deste século). As diferentes histórias de contato desses dois grupos com os diversos agentes brancos servem como eixos que informam distintos contextos de relações com a institucionalidade (em seus diversos domínios) da sociedade nacional envolvente. Defende-se que as relações desses povos com um domínio institucional como a escola são conformadas e precisadas por esses processos. São, portanto, relações eminentemente “políticas”. Procura-se, de outra parte, debater contra uma perspectiva de viés pedagógico, sugerindo-se que uma associação automática e

abstrata (e suas subseqüentes expectativas) entre escola, escrita e transmissão de conhecimento pode obliterar os termos mais relevantes de uma discussão sobre o fenômeno.

MATA, Tarley da Guia Nunes da. *Os professores indígenas e o processo de educação escolar dos Xavante de São Marcos (MT)*. Cuiabá, 1999. 222 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Mato Grosso.

Orientadora: Edir Pina de Barros

O objetivo desta dissertação é conhecer a posição de vinte professores Xavante sobre a implantação e o desenvolvimento da Escola Indígena Estadual de I e II Graus Dom Filippo Rinaldi, na aldeia de São Marcos; no Estado de Mato Grosso, com o intuito de contribuir para o debate sobre a possibilidade de uma educação escolar indígena viável e efetivamente diferenciada. Investiga-se a educação escolar salesiana para os Xavante a partir de duas questões: 1) Como se tem constituído a continuada ação escolar religiosa na aldeia?; 2) Como os professores Xavante vêem e se posicionam perante a escola missionária? Primeiramente descrevem-se e analisam-se as fases da escola missionária: seu período informal, a implantação e o fechamento do internato religioso, a ampliação das etapas de escolarização (Educação Infantil, Ensino Fundamental completo e Ensino Médio Profissionalizante). Em seguida, mediante entrevistas, obtém-se de várias gerações de professores Xavante suas posições acerca do universo escolar a que estão submetidos até hoje. Como conclusão, o estudo demonstra que os professores Xavante vêm formando um complexo corpo docente, numeroso e qualificado, atuante e crítico, que participa da escola missionária na medida em que esta responde às suas demandas. Contudo, eles almejam obter o controle político da escola, completando mais um ciclo de domínio Xavante sobre o “mundo dos brancos”.

OLIVEIRA, Silvia Maria de. *Formação de professores indígenas bilíngües: a experiência Kaingáng*. Florianópolis, 1999. 105 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina.

*E-mail:* silviaoliveira@globalite.com.br

Orientadora: Leda Scheibe

Este trabalho tem como pano de fundo a luta do movimento indígena e de setores aliados da sociedade civil, por diversidade e cidadania, que resultou em importantes conquistas na Constituição Federal de 1988 e, mais recentemente, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996). Nele descrevem-se dois esforços educacionais pioneiros destinados à população Kaingáng: o primeiro, na década de 70, que formou monitores indígenas bilíngües e o segundo, na década de 90, que habilitou professores indígenas bilíngües para atuarem no ensino de 1<sup>a</sup> a 4<sup>a</sup> série nas escolas das comunidades Kaingáng do Sul do Brasil. Este estudo explicita ainda as diferentes concepções de bilingüismo em cada um dos processos de formação e o papel que o ensino da língua indígena pode assumir na construção de uma escola indígena específica e diferenciada, intercultural e bilíngüe.

WEIGEL, Valéria Augusta Cerqueira de Medeiros. *Escolas de branco em malokas de índio: formas e significados da educação dos Baniwa do Rio Içana*. São Paulo, 1999. 282 p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais – Antropologia) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

*E-mails:* weigelvaleria@netium.com.br; ppge@fua.br

Orientadora: Carmen Silvy Junqueira

Na bacia do Rio Içana (região do noroeste amazônico, conhecido como Alto Rio Negro), o povo Baniwa está envolvido num amplo processo de transformação das culturas orais, engendrado por condições materiais de existência que resultam de feixes de relações políticas, econômicas e culturais vividas pelos Baniwa com os não-índios, há mais de três séculos. Operam-se, então, mudanças na sua cosmologia, concepções míticas e estéticas, magia, ritos, bases materiais e língua. Nesse contexto de contato e conflito entre índios e brancos, tipos diferentes de escolas foram sendo criados na área dos Baniwa, sempre apontadas como espaços de dominação e imposição cultural e ideológica aos indígenas. A análise da educação escolar Baniwa aqui empreendida partiu de duas perspectivas teóricas: a) apreensão da escola como um espaço social problemático, isto é, conflituoso, ambivalente e contraditório, em que efeitos múltiplos – históricos e simbólicos podem ser, dialeticamente, produzidos; e b) determinação da heterogeneidade de processos educativos, considerando os modos diversos como os Baniwa são inseridos nas estruturas político-econômicas e culturais da sociedade maior; as suas concepções míticas e visões de mundo; os diferentes interesses, ideologias e representações dos agentes não-índios; bem como a situação de Baniwa e não-índios viverem o relacionamento entre cultura indígena e cultura ocidental-cristã. Desse modo, as análises mostraram que a escola assumiu diferentes formas e significados para este povo, de acordo com a especificidade do processo e do momento histórico. Nesse sentido, o conflito e o movimento instaurado por forças e interesses contrários que se arranjam e rearranjam no processo histórico, consolidando mudanças e novas combinações de elementos nos vários níveis da realidade, possibilitaram que, na educação Baniwa, houvesse elementos de imposição cultural (ligados a interesses de forças dominantes, objetivadas por missionários, agentes do Estado, elites regionais), mas também caminhos e meios engendrados pelos Baniwa, para resistirem, ajustarem-se e adaptarem-se às novas condições sociais, econômicas e políticas do momento histórico atual.

2000

AIRES, Joubert Max Maranhão Piorsky. *A escola entre os índios Tapeba: o currículo num contexto de etnogênese*. Fortaleza, 2000. 165 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Ceará.

Orientadora: Maria de Lourdes Peixoto Brandão

Os índios Tapeba, de Caucaia (CE), desde o final da década de 80, vêm postulando e efetivamente implementando experiências na organização de escolas em suas “comunidades”. Destaco o fato de que escolas entre os indígenas é resultado da visibilidade que esta população alcança no cenário local e aparecem com o aprofundamento daquilo que é denominado, pelos líderes, de “luta”. A “luta” essencialmente diz respeito a um entrave político entre os Tapeba e a sociedade nacional com vistas à garantia dos direitos sociais, sendo em seus momentos iniciais marcada pela disputa da terra. Posteriormente, a escola e outras demandas sociais entram na pauta política dos líderes diante das possibilidades abertas de ver os seus direitos reconhecidos. Nesse momento, as escolas são desejáveis nas “comunidades” tendo em vista a alfabetização. Já no início da década de 90, líderes e professores incorporam uma modalidade de discurso que enfatiza a inclusão da diferença cultural nos currículos, sendo a escola denominada de “Escola Diferenciada Tapeba”. Essa reivindicação é mediada pela intervenção das agências governamentais e não-governamentais que têm postulado um repertório de temas a respeito da escolarização dos índios. Tais temas são orientados pelos novos rumos tomados pela política nacional de educação escolar indígena, que, apesar de seus avanços, é tomada acriticamente pelos técnicos, assim como por saberes e representações a respeito da dinâmica cultural e da localização espacial dos indígenas. Nesse contexto, a posição das agências tem impelido professores e líderes a atuarem estrategicamente para garantir a manutenção e as demandas de formação pleiteadas pelos índios,

diante das exigências por uma escola “diferente” e “bilíngüe”. Argumento que o tema da diferença possui vários significados para professores e líderes indígenas, pois é um território de reprodução dualista da idéia ocidental de diferença que se utiliza a) de um “senso comum antropológico”, assim como b) de uma estratégia política em inculcar nas crianças temas importantes para a “luta” indígena e, também, c) de um instrumento para garantir a visibilidade diante das agências. Os temas que emergem da “luta” indígena são referências para os professores, apesar de a escola ser marcada pelas rotinas pedagógicas da escola tradicional não-indígena e pela reprodução da imagem do índio estereotipado. A escola indígena Tapeba apresenta dupla face na conquista dos saberes universais e da diferença cultural, uma estratégia para entrar e sair da modernidade, ao mesmo tempo.

COHN, Clarice. *A criança indígena: a concepção Xikrin de infância e aprendizado*. São Paulo, 2000. 185 p. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

*E-mail:* clacohn@uol.com.br

Orientadora: Lux Boelitz Vidal

Essa dissertação investiga o modo como os Xikrin do Bacajá, grupo Kayapó (Jê) que vive no sudoeste do Pará, concebem a infância e o aprendizado. Para tanto, parte de uma descrição da experiência das crianças, na vida cotidiana e nos rituais, e das ocasiões e modos de ensino e aprendizado, de maneira a perceber o que lhes há de específico. Essa descrição é seguida de uma discussão sobre a concepção Xikrin da infância e do aprendizado, está complementada por uma reflexão sobre o que seria para eles o “conhecimento” a ser transmitido e o valor dessa transmissão. Por fim, uma análise da pintura corporal infantil fornece indicações sobre



as etapas de crescimento tais como marcadas pelos próprios Xikrin e, quando contrastada com a dos adultos em seus motivos e situações de uso, um modo de expressar o que há, para eles, de singular na infância. Pretende-se, assim, contribuir para os estudos Jê e Kayapó, mas também, pelo seu tema, com uma área de pesquisa que tem se fortalecido e gerado novos debates.

COTA, Maria das Graças. *Educação escolar indígena: a construção de uma educação diferenciada e específica, intercultural e bilíngüe entre os Tupinikim no Espírito Santo*. Vitória, 2000. 194 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Espírito Santo.

*E-mail:* cotaunica1@hotmail.com

Orientadora: Edivanda Oliveira Mugarbi

A dissertação faz um estudo sobre as motivações que levaram o povo indígena Tupinikim ao movimento por uma educação escolar indígena e o processo de construção desta educação. Como esta demanda do povo Tupinikim não é um fato isolado nem no tempo e nem no espaço, optou-se por fazer este estudo levando-se em conta o contexto das políticas de educação indígena brasileira ao longo da história. A primeira etapa desta pesquisa constituiu-se de uma análise bibliográfica e documental do período histórico de 1.500 aos dias atuais tentando vislumbrar: 1) as políticas educacionais dentro do contexto das políticas indigenistas; 2) as consequências sociais, econômicas e culturais que as políticas indigenistas acarretaram para os povos indígenas no geral e para os Tupinikim em particular. A segunda etapa consistiu em uma análise de toda a documentação que regulamenta a educação indígena hoje: Constituição Federal, Lei de Diretrizes e Bases de Educação Nacional, Referencial Curricular Nacional para Educação Indígena, etc. e também textos de diferentes estudiosos sobre o assunto. Esta análise

teve a finalidade de traçar um perfil do tipo de educação escolar que se tem garantido em lei, hoje, para os povos indígenas. A terceira etapa consistiu em um estudo sobre toda documentação disponível que foi produzida durante o período em que foi desenvolvido o Projeto de Formação de Educadores Índios Tupinikim. A última etapa da pesquisa consistiu na realização de entrevistas com os moradores das quatro aldeias Tupinikim, com o objetivo de se fazer um levantamento das demandas que os levaram à luta por uma educação diferenciada. A pesquisa de campo realizada demonstrou que os atores do processo de construção de educação escolar Tuinikim possuem motivações variadas. As lideranças e os educadores querem que através da educação escolar indígena ocorra a recuperação e/ou a preservação cultural. Já os pais pretendem que mediante a escola os seus filhos dominem a leitura, a escrita e as quatro operações. Para atender a todos os interesses da comunidade, o projeto de educação deverá ser uma educação específica e diferenciada, intercultural e bilíngüe.

MAGNANI, Maria da Graça. *Imaginário Araribá: a prática pedagógica a serviço da reconstrução de valores*. Marília, 2000. 180 p. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual Paulista.

Orientador: Mauro Cherobim

O imaginário Araribá, como possibilidade da prática pedagógica a serviço da reconstrução dos valores, foi analisado a partir da observação e da reflexão sobre o cotidiano educativo comunitário e escolar; quando busquei no ambiente, nos conteúdos e metodologias, os vínculos estabelecidos entre a educação e a cultura Guarani. As análises resultaram num quadro em que a educação escolar é vista como uma das instituições do espaço que, mediante a prática, colaborou e se mantém como instrumento para o desmantelamento dos valores comunitários. A partir do estudo de

vários casos e fatos cotidianos, interpreto as situações de resistência diante da pedagogia autoritária estabelecida e elaboro propostas e recursos que venham colaborar no resgate dos elementos culturais e do conhecimento Guarani.

MELO, Maria Auxiliadora de Souza. *Metamorfoses do saber Macuxi/Wapichana: memória e identidade*. Manaus, 2000. 170 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Amazonas.

*E-mail:* jas@technet.com.br

Orientadora: Selda Vale da Costa

O presente trabalho procura verificar a dimensão político-pedagógica do colonialismo na região do Rio Branco (RR), como espaço de poder hegemônico constituído na dinâmica das relações interculturais, produtora de campos de estratégias e de lutas por hegemonias (Gramsci). Nesse sentido, as culturas indígenas não se colocam à margem da cultura do colonizador, mas se afirmam e se reproduzem no contexto das pretensas hegemonias absolutas colonial/nacional/global, também em sentido de hegemonia, ou contra-hegemonia. A partir da compreensão multidimensional das forças e poderes (Eco, Foucault) como elementos constitutivos das relações sociais, a análise da educação escolar indígena pauta-se no entendimento das relações interétnicas como campo de possibilidades, resistências e interdependências sociais. Nessa perspectiva, o consumo dos bens culturais e simbólicos pelos povos indígenas não converge para uma simples reprodução da ordem dominante, já que esses bens são ressignificados num jogo de estratégias de consumo. Assim, o uso da escola pelos Macuxi/Wapichana se processa dentro do espaço oficial, porém ressignificado pelo fazer e pensar a educação escolar como projeto social, que se articula com o projeto de autonomia desses povos, no contexto das lutas globais por garantia

de direitos. O trabalho enfatiza o aspecto político-educativo do Conselho Indígena de Roraima (CIR) e da Organização dos Professores Indígenas de Roraima (Opir), como entidades promotoras de propostas e práticas pedagógicas de formação indígena, aliadas a idéias e a projetos de auto-sustentabilidade, sendo estes discutidos e defendidos como possibilidade de garantia da terra e de afirmação de identidades, bem como de participação alternativa no universo das economias locais, nacionais e internacionais.

NASCIMENTO, Adir Casaro. *Educação escolar indígena: em busca de um conceito de educação diferenciada*. Marília, 2000. 253 p. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual Paulista.

*E-mail:* adirnascimento@terra.com.br

Orientador: Jayme Wanderley Gasparoto

Assim como não existe o índio genérico, abstrato e estático, também não existe um conceito de diferença preestabelecido para as escolas indígenas do Brasil. Essa é a conclusão deste trabalho, que teve como matriz teórica a Sociologia do Conhecimento, na vertente da Sociologia Crítica, tendo como referencial básico de análise a dialética. Partindo dos preceitos da Constituição de 1988 e do princípio de que o conceito é sempre uma construção inacabada, a diferença, como eixo para a definição do currículo da escola indígena e categoria básica de produção de conhecimento, significa, dentro da história da educação escolar indígena, uma ruptura epistemológica, política e ideológica com as pedagogias dominantes. Apoiada nas orientações de Bakhtin, Vygotsky e Bardin, desenvolvi uma leitura crítica de depoimentos e uma interpretação de documentos oficiais e não-oficiais, tendo como suporte, para compreender a construção da diferença de forma mais ampla, as categorias da totalidade, da contradição e da identidade e, como elementos

mais particularizados, as condições de autonomia, protagonismo e alteridade. Ao empreender essa análise no contexto de uma sociedade capitalista, aberta para os efeitos da globalização e do neoliberalismo e não-preparada para desenvolver políticas públicas que atendam aos princípios da diversidade e da interculturalidade, foi possível detectar alguns impasses que impossibilitam a concretização da escola de qualidade para as comunidades indígenas. Entre elas, os entraves burocráticos do Estado; a ausência de domínio conceitual sobre as categorias que definem a mudança; o despreparo dos profissionais em educação indígena e a ausência de conhecimento do cotidiano das escolas indígenas e de conhecimento das expectativas, de cada comunidade, sobre o papel das escolas na realização de seus projetos de futuro. Por outro lado, é inegável o conhecimento que os povos indígenas têm, por consequência do contato, da necessidade da escola como condição de sobrevivência para a maioria deles.

RECENDIZ, Nicanor Rebolledo. *Escolarización y cultura: un estudio antropológico de los Palikur del Bajo Uaçá, Brasil*. México, DF, 2000. 356 p. Tese (Doutorado em Educação) – Universidad Iberoamericana.

*E-mail:* nrebolle@upn.mx

Orientadora: Alba González-Jácome  
(Universidad Iberoamericana)  
Co-Orientador: Raymond Padilla  
(Arizona State University)

El trabajo consta de seis capítulos, además de una introducción y un capítulo de conclusiones. En la introducción se plantea el objetivo y alcance de la investigación; en el primer capítulo se analizan conceptos de la antropología de la educación (interculturalidad, multiculturalismo, transmisión cultural, diversidad cultural, bilingüismo, etnicidad y pluralismo educativo), así como

también se describe la metodología; el segundo capítulo está dedicado a describir la etnografía de los Palikur (viven en el Oiapoque, en el Estado de Amapá), incluye la organización social, vida cotidiana, infraestructura, economía, organización política, procesos de socialización, rituales, cosmogonías y educación formal e informal; el tercer capítulo aborda de manera general la historia de la educación escolar, la cual está centrada en los procesos de conversión religiosa, contacto y resistencia cultural, organización y lucha étnica, escolarización y demarcación de la tierra indígena en Oiapoque; en el cuarto capítulo se describe el entorno escolar, el ambiente educativo, las corrientes intelectuales que dominan el discurso pedagógico, las actitudes lingüísticas que permean la escuela, los patrones de adaptación escolar y la formación de un *ethos* escolar; en el quinto capítulo se tocan el tema de los indios profesores y los problemas de su formación en la docencia; el capítulo seis está dedicado a analizar los problemas de globalización, escolarización indígena y repliegue nativo, así como algunos elementos de discusión acerca de la relevancia de los temas educativos en antropología.

SCANDIUZZI, Pedro Paulo. *Educação indígena/educação escolar indígena: uma relação etnocida em uma pesquisa etnomatemática*. Marília, 2000. 206 p. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual Paulista.

*E-mail:* pepe@edu.ibilce.unesp.br

Orientador: Claude Lèpine

Esta tese é proveniente de uma pesquisa qualitativa realizada no período de abril de 1995 a novembro de 1996, cujos resultados foram obtidos a partir do método etnográfico em um programa de etnomatemática. Minhas observações analisaram as formas geométricas existentes no conhecimento do povo Kuikuro (Mato Grosso) – povo falante da família Karib autodenominados de Lahatua

Otomo – e quais os conflitos gerados pela introdução da geometria euclidiana, utilizando o sistema escolar indígena proposto pela nossa sociedade. Os dados foram coletados durante cursos de formação de professores indígenas em postos indígenas e na aldeia do povo Kuikuro. A análise/discussão foi feita em duas das formas geométricas coletadas – a hipérbole e o losango –, mostrando o povo Kuikuro como possuidor de um amplo conhecimento astronômico e matemático, construído mediante a observação sistemática do sol e da lua, que fazem parte do mito dos gêmeos desse povo. A conclusão aponta conflitos decorrentes da introdução do sistema escolar indígena, começando pelo desrespeito ao sistema de educação indígena existente até o etnocídio gerado pelo Estado e suas parcerias por meio de um sistema contínuo que transforma o múltiplo em Um. Para que esses conflitos possam ser superados, aponta o programa etnomatemático como proposta metodológica que reconhece a capacidade social de decisão e de participação na programação dos processos de formação dos povos indígenas, aceitando a pluralidade cultural e o direito de manejar, de maneira autônoma, os recursos de sua cultura. Os povos indígenas devem decidir seu futuro de acordo com seus interesses e suas aspirações.

SILVA, Vera. *Mbokuaxian: uma leitura etnográfica da escola Amondava*. Recife, 2000. 121 p. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal de Pernambuco.

Orientadora: Judith Chambliss Hoffnagel

A dissertação apresenta uma etnografia da Escola Indígena Amondava. A sociedade Amondava pertence ao tronco lingüístico Tupi-Kawahib e foi recentemente contatada a partir dos anos de 1984. Sua população está estimada em 72 indivíduos que residem no Posto Indígena Trincheira na área Indígena Uru-Eu-Uau-Uau, localizada no Estado de Rondônia. Procuramos neste estudo descobrir o significado e a importância da escola para os Amondava e descrever os aspectos de sua organização social e

todo o processo de contato com a sociedade nacional. Essa descrição permite uma melhor compreensão do mundo Amondava e procuramos relacionar com a educação tradicional expressa pelos Amondava, a política governamental da educação indígena e a trajetória política da implantação da Escola Indígena Amondava. Realizamos uma avaliação da Escola Amondava descrevendo o contexto de criação e o material didático utilizado, refletindo sobre os resultados alcançados na área Amondava e inserindo a escola no contexto do movimento indígena para uma escola diferenciada e específica.

SOUSA FILHO, Sinval Martins de. *A aquisição do português oral pela criança Xerente*. Goiânia, 2000. 180 p. Dissertação (Mestrado em Lingüística) – Universidade Federal de Goiás.

*E-mail:* smartins@letras.ufg.br

Orientadora: Silvia Lúcia Bigonjal Braggio

Neste trabalho, analisamos o processo de aquisição do português oral pela criança Xerente da aldeia Salto, no período de abril de 1999 a fevereiro de 2000. Nosso objetivo foi compreender como se dá esse processo, através da observação de eventos de fala que propiciam à criança a aquisição da língua portuguesa oral e de como esses eventos são constituídos. Adotamos como perspectiva teórica a visão sociolingüística da aquisição da linguagem, que advoga a natureza social desta. Ao adotarmos essa perspectiva, utilizamos as teorias sobre a aquisição de primeira e de segunda línguas em situação de bilingüismo, que partem do pressuposto de que o uso da língua decorre de um processo sociointeracional entre o indivíduo e o Outro. A partir desses pressupostos, e utilizando o modelo de etnografia da comunicação proposto por Hymes e o de diglossia, reelaborado por Hamel, mostramos, mediante a análise dos dados, que a aquisição do português oral pela criança Xerente

está relacionada à maneira como a comunidade adulta organiza a política lingüística de aquisição de línguas da comunidade de fala dessa sociedade. Para a discussão sobre o que representa a aquisição do português oral para o povo Xerente, apoiamos-nos nos estudos de Braggio, Brice-Heath, Goffman, Grosjean, Gumperz, Hamel, Melià, Mori e Romaine. Esperamos que este trabalho possa contribuir com as ciências da linguagem, no que diz respeito ao tema das línguas em contato, mais especificamente de línguas minoritárias com línguas majoritárias e sua aquisição pelas comunidades indígenas; com a educação escolar indígena; e com as pesquisas realizadas com sociedades indígenas do Brasil.

TINOCO, Silvia Lopes da Silva Macedo. *Joviña, cacique, professor e presidente: as relações entre o Conselho Apina e os cursos de formação de professores Waiãpi*. São Paulo, 2000. 206 p. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

*E-mail:* sillopestinoco@uol.com.br

Orientadora: Dominique Tilkin Gallois

O Conselho das Aldeias Waiãpi/Apina foi registrado em cartório no ano de 1996. Seu registro é apenas uma fase do processo histórico que teve início com as discussões sobre a demarcação da Terra Indígena na década de 80. A intensificação do contato desse grupo indígena com os não-índios fez com que essa população se organizasse com auxílio de assessores não-índios e fundasse um instrumento de reivindicação política legitimado pelos não-índios, o Conselho. Nesta dissertação, discuto o lugar desse Conselho na política interna Waiãpi, sua relação com o projeto de formação de professores índios e a incorporação e ressignificações que os Waiãpi vêm fazendo sobre o Conselho indígena.

2001

COLLET, Celia Leticia Gouvêa. *Quero progresso sendo índio: o princípio da interculturalidade na educação escolar indígena*. Rio de Janeiro, 2001. 107 p. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

*E-mail:* cleticia@uol.com.br

Orientadora: Bruna Franchetto

Este trabalho aborda o princípio e a prática da interculturalidade no universo da educação escolar indígena diferenciada. Com o intuito de esclarecer o sentido dado a esse termo nos atuais projetos governamentais e não-governamentais, são analisadas noções-chave como *diálogo, troca, respeito à diferença, relação entre etnoconhecimentos e conhecimentos “ocidentais”, participação indígena*. Antes de empreender o exame da situação brasileira, um breve histórico situa a questão da “educação intercultural” no panorama americano, dos Estados Unidos ao México. Aprofundando o contexto brasileiro, um capítulo é dedicado ao discurso da interculturalidade no *Referencial curricular nacional para as escolas indígenas*, documento oficial no qual constam as diretrizes que balizam a “nova” política educacional para povos indígenas no Brasil. Passando da retórica discursiva à prática, a última parte da dissertação expõe uma pequena etnografia, ou estudo de caso, da última etapa do curso de formação de professores indígenas do Projeto Tucum desenvolvido pelo governo do Estado do Mato Grosso. Contradições e tensões percebidas na análise tanto do discurso oficial como do evento local desvendam a idéia de cultura que parece estar subjacente à noção de interculturalidade: uma concepção essencialista e simplificadora mediante a qual são elegidos e selecionados traços ou elementos do que poderíamos chamar de “modo de vida” para compor um objeto emblemático chamado “cultura”.



CORRÊA, Roseli de Alvarenga. *A educação matemática na formação de professores indígenas: os professores Tikuna do Alto Solimões*. Campinas, 2001. 410 p. Tese (Doutorado em Educação Matemática) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas.

*E-mail:* rcorrea@feop.com.br

Orientador: Antonio Miguel

Investigar e explicitar quais são as visões que orientaram e orientam a criação e construção de estratégias de ação pedagógica na educação escolar indígena/indígena Tikuna foi o escopo deste trabalho. Nesse sentido, busquei interrogar o meu próprio trabalho desenvolvido no Curso de Formação de Professores Indígenas Tikuna do Alto Solimões. Esta investigação, embora tenha uma finalidade e um compromisso de natureza pedagógica, pelos seus desdobramentos, define-se, a rigor, como uma pesquisa de natureza histórico-filosófica, uma vez que toma como objeto de investigação os pontos de vista políticos, ideológicos, teleológicos, axiológicos e didático-metodológicos que vêm orientando a minha ação pedagógica na educação escolar com os Tikuna. Como elementos de análise, busquei pesquisar os pontos de vista dos sujeitos que se ocupam da educação indígena: os da pesquisadora, trazendo para discussão alguns elementos didático-metodológicos de sua ação pedagógica; os de alguns professores indígenas; os de educadores matemáticos que atuam na educação escolar indígena; os de pesquisadores e docentes de outras áreas que pesquisam e trabalham na área indígena; os de teóricos da educação, os dos documentos oficiais, etc. Busquei também constituir uma breve história da educação indígena no Brasil, para ser devidamente problematizada no presente, à luz dos pressupostos, das convicções e das crenças que orientaram e orientam as práticas pedagógicas nessa área. Considerando que o povo Tikuna é um povo com seu espaço próprio, sua cultura, sua história, e que a forma como os Tikuna pensam e querem a escola

em suas aldeias está diretamente relacionada com as características próprias deles e com o modo como têm se relacionado com o não-índio nesse longo contato de quase trezentos anos, muitos questionamentos se colocaram quando se pretendeu criar estratégias pedagógicas específicas, na área de matemática, para esse grupo étnico. Conhecer melhor o povo e o professor Tikuna foi, portanto, uma das metas a serem alcançadas no trabalho de pesquisa realizado, quando se tinha em mente que algumas das respostas para os questionamentos levantados estariam embasadas na fala do próprio professor Tikuna, na expressão de suas visões sobre a educação escolar e de suas aspirações para o futuro de seu povo. As questões que denominamos “mediadoras” tiveram, na elaboração deste trabalho, um papel delimitador, orientador e analítico, por meio do qual se buscou interrogar e dialogar com as fontes que se constituíram documentos desta investigação. A busca de respostas para as questões mediadoras permitiram-me ampliar horizontes conceituais ao fazer, com base nas falas dos vários segmentos pesquisados, uma retomada e um aprofundamento das/nas concepções que hoje estruturam a educação escolar indígena e a educação matemática na escola indígena. Permitiram-me, também, a conscientização e a explicitação de alguns pontos de vista que, enunciados como princípios norteadores, esclarecem e justificam o modo como procurei desenvolver o meu trabalho na área de Matemática e de Metodologia da Matemática em cursos de formação de professores indígenas. Com base nesses princípios, abriram-se novas possibilidades de criar e desenvolver estratégias visando ao ensino e à aprendizagem da Matemática, as quais considere as mais adequadas para cada momento, para o projeto específico do curso e para a própria situação local de trabalho. A produção dos alunos para a sala de aula nas etapas finais do curso podem atestar tais afirmações.

CÔRTEZ, Clelia Neri. *Educação diferenciada e formação de professores/as indígenas: diálogos intra e interculturais*. Salvador, 2001.

328 p. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia.

*E-mail:* cleliac@ufba.br

Orientadora: Teresinha Fróes Burnham

Nesta tese buscamos descrever e analisar como as sociedades indígenas, visando à valorização dos seus conhecimentos e o acesso a outros, vêm construindo e consolidando referenciais significantes para uma educação escolar específica, diferenciada, inter e pluricultural, enfocando a formação de seus/suas professores/as. A pesquisa assumiu a perspectiva epistemológica multirreferencial, tendo a abordagem etnometodológica como lastro, e desenvolveu-se a partir de três bases intercomplementares: 1) análise bibliográfica de estudos em educação, sociedade e cultura, pertinentes a nosso objeto de pesquisa; 2) análise de documentos, publicamente acessíveis, produzidos por movimentos indígenas, organizações não-governamentais, órgãos oficiais e pesquisadores/as, indígenas e não-indígenas; 3) trabalho de campo: na Bahia – pesquisa-ação-formativa de longa duração, incluindo a construção coletiva do Programa de Formação para o Magistério Indígena e ações pedagógicas – e em Minas Gerais e Mato Grosso – observação participante de curta duração. Observamos que os movimentos socioculturais indígenas, a luta pelo direito à terra, pela afirmação étnica e pela melhoria da qualidade de vida, são componentes fundamentais na construção da sua educação escolar. Nesse processo, o grande desafio foi, e continua sendo, fazer dialogarem o específico e o global nas reflexões e ações educativas, tendo como referencial a diferença e, conseqüentemente, seu *re*-conhecimento nos diálogos intra e interculturais. Foi particularmente importante analisar os significados de educação e espaços de aprendizagens acentuados pelos/as participantes da pesquisa. Constatamos que os/as professores/as e demais membros das sociedades indígenas, ao assumirem a escola em seus territórios, na busca de autodeterminação e

num diálogo intercultural, reivindicam, propõem e participam de transformações de um conjunto de leis e de formulação de políticas, bem como da definição de diretrizes para a educação escolar indígena e a formação de seus/as professores/as. Ao mesmo tempo, no processo de co-autoria de seus cursos de formação e nas escolas, esses/as professores/as vêm *trans*-formando e *re*-significando currículos e ações pedagógicas, reconhecendo-se, cada vez mais, como professores/as-pesquisadores/as e, assim, legitimando-se junto aos demais membros de cada sociedade indígena e fora delas.

FERREIRA, Marivania Leonor Furtado. *A passos de meninos: uma análise da política educacional indigenista*. Fortaleza, 2001. 158 p. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Ceará.

*E-mail:* marivania@elo.com.br

Orientadora: Elza Maria Franco Braga

Esta dissertação analisa as bases da política educacional indigenista como uma política social específica que, historicamente, tem passado por significativas mudanças em sua concepção. Pretende esboçar questões quanto às possibilidades e aos impasses na implementação dessa política específica, tendo em vista a singularidade do “público-alvo”, isto é, as nações indígenas que habitam o “território brasileiro”. A discussão da questão educacional indígena levanta a problemática da viabilidade do conceito de Estado-Nação, ou seja, permite refletir sobre a questão da diversidade dentro dos marcos estabelecidos por uma instituição homogeneizadora, como é o dito Estado Nacional. Levanta a problemática da formação da “nacionalidade comum”, imperativa na formação desse tipo de Estado. Faz uma abordagem da política educacional indigenista desenvolvida pelo Estado brasileiro, tendo como foco as mudanças de paradigmas estabelecidos no plano da legislação

e da condução dessa política específica. A partir da compreensão do paradigma da pluralidade cultural, princípio norteador da política indigenista atual, faz uma análise de como tem sido a implementação dessa política nos Estados da Federação. Toma como recorte a atuação da Secretaria de Estado da Educação no Maranhão, atualmente denominada Gerência de Desenvolvimento Humano, que, ao longo de dez anos, vem implementando ações na área da educação escolar indígena tendo como parâmetro as diretrizes nacionais para a política educacional indigenista.

LADEIRA, Maria Elisa Martins. *Língua e história: análise sociolingüística em um grupo Terena*. São Paulo, 2001. 179 p. Anexos. Tese (Doutorado em Semiótica e Lingüística Geral) – Universidade de São Paulo.

*E-mail:* ctieduc@tba.com.br

Orientador: Erasmo D’Almeida Magalhães

Esta tese é uma análise sociolingüística do uso da língua terena e sua manutenção através da história de um grupo familiar terena da aldeia de Cachoeirinha (MS). Procura verificar como o uso da língua Terena responde à mudança na história recente deste povo e, conseqüentemente, como a exigência do domínio da língua portuguesa, indispensável nas suas relações com a sociedade nacional, determina as condições do uso da língua Terena. Os Terena são hoje uma população de aproximadamente 13 mil pessoas, a maioria vivendo em pequenas glebas de terra reservadas pelo governo federal. Sua organização social tradicional foi profundamente alterada pelos acidentes do contato com a sociedade nacional. Tradicionalmente agricultores, os Terena que vivem nas chamadas “reservas” tiram sua subsistência de pequenos roçados que produzem pequenos excedentes de mandioca e feijão. Vivem também do emprego de sua mão-de-obra nas destilarias de álcool de cana-de-açúcar e do

trabalho temporário nas fazendas da região. Existe ainda um grande número de famílias vivendo nos grandes centros urbanos, principalmente na cidade de Campo Grande. As questões centrais que nortearam a pesquisa foram: Qual a relação entre uma referência tradicional, cultural e lingüística, e a construção de um estilo de vida, e de uma identidade, em circunstâncias totalmente distintas? Como os Terena preservam a sua unidade social e lingüística continuando a existir como uma realidade social etnicamente diferenciada? A pesquisa partiu do levantamento de como através do tempo e em contextos diversos um grupo familiar Terena, em uma profundidade genealógica de três gerações, estabeleceu arranjos diferenciais na utilização da língua Terena e na garantia de sua manutenção, ou não, como um sistema operante. Por isso, metodologicamente, esta tese está centrada em um significativo trabalho de campo de uma perspectiva da “observação participante”, englobando as atividades necessárias para o levantamento genealógico e outras técnicas como a entrevista e a história de vida. Procura demonstrar como ao converter a dominação a que estão sujeitos em uma ordem interna, os Terena conseguem criar uma autonomia política que transparece no esforço de manter uma participação autocontrolada no processo de integração com a sociedade nacional e na configuração de uma política lingüística própria. Em resumo, esta tese procura apreender certas tendências no próprio processo de mudança da situação de uso da língua Terena, focalizando o modo como os Terena mantêm e transmitem a sua língua e representam a sua identidade. Procura, ainda, contribuir para a discussão sobre a questão do bilingüismo pela análise de como um grupo de falantes pensa e atua diante de sua própria língua.

MENDES, Jackeline Rodrigues. *Práticas de numeramento-letramento dos Kaiabi no contexto de formação de professores índios no Parque Indígena do Xingu*. Campinas, 2001. 243 p. Tese (Doutorado em Lingüística Aplicada) – Universidade Estadual de Campinas.

*E-mail:* rodrigues@mpc.com.br

Orientadora: Marilda do Couto Cavalcanti

O objetivo deste trabalho consiste em apresentar uma discussão sobre as práticas de numeramento-letramento do grupo Kaiabi no contexto de formação de professores índios do Parque Indígena do Xingu (PIX), procurando estabelecer uma relação entre essas práticas e a prática dominante representada pela instituição escola, do ponto de vista dos professores índios e da professora-formadora-analista. O conceito de numeramento adotado neste estudo é apresentado a partir de relações traçadas entre as áreas de estudo de Letramento (Street), Antropologia Social Cognitiva (Lave) e Etnomatemática (D'Ambrósio, Sebastiani-Ferreira e Knijnik). Os dados que compõem a análise são provenientes de registros, coletados etnograficamente, compostos por diário de campo; gravações em áudio das aulas, das entrevistas com os professores Kaiabi, das avaliações dos cursos e das assembléias com as lideranças; textos produzidos para o livro de matemática em língua indígena, na parte de elaboração de problemas, e diários de classe dos professores Kaiabi. A análise das práticas de numeramento-letramento dos professores Kaiabi no contexto de formação no PIX aponta um caráter de apropriação da prática dominante no sentido proposto por Certeau e indica também a afirmação de identidade étnica (Cunha, Maher). Na análise da construção dessas práticas, são focalizadas atitudes, significados, valores e formas de uso que estão relacionados ao número, à escrita alfabética e ao desenho. Os resultados deste trabalho levantam questões para reflexão sobre letramento e numeramento no contexto brasileiro de formação de professores índios.

PALADINO, Mariana. *Educação escolar indígena no Brasil contemporâneo: entre a "relativização cultural" e a "desintegração do modo de ser tradicional"*. Rio de Janeiro, 2001. 132 p. Dissertação

(Mestrado em Antropologia Social) – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Orientador: Antonio Carlos de Souza Lima

O trabalho procura abordar a educação escolar indígena no Brasil contemporâneo como objeto de discurso e prática. Nessa perspectiva, os caminhos escolhidos foram tanto a análise da bibliografia produzida sobre a temática nos últimos vinte anos, como a descrição de um curso de formação específico para professores indígenas Guarani, na qual se vêem colocados em jogo os fundamentos e as bases ideológicas do “politicamente correto” e os conflitos suscitados. Trata-se também de refletir sobre a participação da antropologia nesta área e discutir a relação entre pesquisa e militância política. Apresentam-se algumas características dessa intervenção, que teriam dificultado o desenvolvimento teórico dessa temática, e sugerem-se algumas abordagens alternativas inovadoras.

PAULA, Eunice Dias de. *Os Tapirapé e a escrita: indícios de uma relação singular*. Goiânia, 2001. 176 p. Dissertação (Mestrado em Lingüística) – Universidade Federal de Goiás.

*E-mail:* xeretyma@persogo.com.br

Orientadora: Silvia Lúcia Bigonjal Braggio

Neste estudo, analisamos o processo de aproximação da modalidade escrita da linguagem vivenciado pelas crianças indígenas do povo Tapirapé, no Estado do Mato Grosso, buscando compreender *como* acontece esse processo, uma vez que as teorias que tratam da aquisição da linguagem não ofereciam respostas convincentes para fatos intrigantes observados em nossa prática pedagógica com essas crianças. Com essa finalidade, consideramos os dados

que surgiram em textos produzidos por alunos das primeiras séries da Escola Estadual de Primeiro Grau “Indígena Tapirapé”, coletados entre março de 1999 e junho de 2000. Assumimos como pressuposto básico da pesquisa a concepção de linguagem como *produto da interação* entre os seres humanos e, como tal, de natureza intrinsecamente *dialógica*, marcada por *contextos sociohistóricos* e *contradições* inerentes a esses contextos (Bakhtin, Braggio). Em coerência com essa concepção, adotamos o *paradigma indiciário* como referencial teórico-metodológico, uma vez que esse paradigma, tal como recuperado por Ginzburg no âmbito de pesquisas qualitativas em Ciências Humanas, permite o *desvelamento da realidade* que, por natureza, é *opaca*. Índícios, sinais, detalhes constituem pistas relevantes que levam a hipóteses que, por sua vez, possibilitam intuir explicações a respeito de aspectos enigmáticos. Abaurre tem destacado a pertinência desse paradigma em pesquisas sobre a aquisição da linguagem escrita, mediante o estudo de marcas refactivas presentes nos textos elaborados pelas crianças em seus trabalhos com a linguagem. Essa abordagem permitiu-nos visualizar uma singular relação entre o grafismo, a arte representacional, extremamente significativa para os Tapirapé, e a escrita alfabética, objeto cultural que está sendo apropriado por esse povo. Essa hipótese nos leva a repensar práticas pedagógicas rotineiramente aceitas em programas de educação escolar indígena, fundadas em teorias que não levam em conta as especificidades socioculturais das crianças indígenas.

PAULA, Luiz Gouvêa de. *Mudanças de código em eventos de fala na língua Tapirapé durante interações entre crianças*. Goiânia, 2001. 205 p. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal de Goiás.

*E-mail*: xeretyma@persogo.com.br

Orientadora: Silvia Lúcia Bigonjal Braggio

Neste estudo foram analisadas inserções de itens lexicais ou expressões do português, na forma de empréstimos ou mudanças de código, em enunciações produzidas por crianças indígenas Tapirapé. Nosso objetivo foi analisar alguns processos fonológicos, morfológicos e sintáticos, bem como fatores pragmáticos presentes nos dados, relacionando-os com possíveis deslocamentos que podem levar o português a substituir definitivamente a língua indígena. Nesta análise, estabelecemos conexões entre os processos de deslocamentos e as mudanças sociais experimentadas pelos indígenas Tapirapé, em consequência da distribuição assimétrica de poder entre as sociedades. Os aportes teóricos que fundamentam o estudo são provenientes de teorias sobre o bilingüismo e da abordagem sociohistórica proposta por Hamel para o estudo do conflito existente entre as línguas das sociedades indígenas e a das sociedades dominantes. Os resultados da pesquisa apontam para uma tendência de deslocamento da língua Tapirapé, caracterizada, no nível lingüístico, pelo discurso marcado por inserções do português. Por outro lado, há, também, sinais de resistência da língua indígena, sustentada pelas práticas tradicionais e pelos valores identitários.

SILVA, Maria do Socorro Pimentel da. *A função social do mito na revitalização da cultura da língua Karajá*. São Paulo, 2001. 242 p. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

*E-mail*: barbalhopimentel@uol.com.br

Orientadora: Roxane Helena Rodrigues Roxo

Este estudo tem como objetivo principal analisar a função do mito na revitalização da língua e da cultura Karajá. Nele, descrevemos a situação sociolingüística das aldeias Santa Isabel do Morro, Tytema e Buridina, comunidades participantes desta



pesquisa, detalhando as realidades de usos da língua Karajá em suas esferas sociais de produção cultural nessas comunidades, bem como as influências positiva e negativa do bilingüismo para esse povo. Mostramos as situações de ampliação e de perdas da língua Karajá, assim como de sua revitalização. O estudo sociolingüístico é a base da análise dos mitos e de seu papel na revitalização da língua Karajá. Na realização desta pesquisa observamos a situação de produção dos gêneros do discurso, inclusive do mito, e as interações entre os discursos do cotidiano e das esferas especializadas. Para a análise da situação sociolingüística, apoiamos-nos em Hamel e Sierra, Grosjean, Fishman, Toral, Vale e Borges, entre outros. Já as análises dos mitos realizaram-se, principalmente, à luz de Bakhtin. Pretendemos, com este trabalho, colaborar com as pesquisas sobre línguas indígenas brasileiras e não-brasileiras, como também, e principalmente, com a formação dos professores Karajá, fornecendo-lhes subsídios para estudo e reflexão sobre a língua materna deles, capazes de auxiliar na construção de uma metodologia de ensino bilíngüe pluralista, de fato. Em nosso ponto de vista, essa metodologia deve considerar os usos e as funções dessa língua dentro e fora da escola, nas comunicações orais e escritas, atribuindo-lhe grande valor de prestígio, para que assim haja a sua revitalização no dia-a-dia da vida do povo Karajá.

## 2002

AMORIM, Eliene. *A política de educação escolar indígena: limites e possibilidades da escola indígena*. Recife, 2002. 196 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Pernambuco.

*E-mails:* tamain@bol.com.br; eliene@cclf.org.br

Orientadora: Maria Eliete Santiago

Este estudo procurou compreender a política de educação escolar indígena desenvolvida pelo Estado brasileiro, na

década de 90, nas esferas nacional, estadual e municipal, e como prática política pedagógica do povo Xukuru da Serra do Ororubá, em Pesqueira, na região do agreste pernambucano. A noção de cultura e suas relações com escola e educação indígenas foram categorias de análise fundamentais para a compreensão dos processos educacionais vivenciados por esse povo, bem como a legislação e a documentação oficiais. A análise documental e a observação participante nos espaços educativos do povo Xukuru e da política educacional foram instrumentos básicos desta pesquisa. Na década de 90, o governo brasileiro incorporou na legislação e na documentação oficial grande parte das reivindicações feitas pelo movimento indígena e pelas entidades de apoio à causa indígena, redefinindo objetivos, diretrizes e princípios da sua ação. Os limites são verificados quando são tomadas medidas administrativas e normativas para a efetivação do direito à educação diferenciada, que terminam sendo procedimentos iguais aos que são desenvolvidos para a população em geral. No caso de Pernambuco, observamos o esforço que tem sido feito pela Secretaria Estadual de Educação para executar ações de uma política educacional diferenciada; entretanto, na prática, são as atividades parcelares, intermitentes, que têm sofrido as descontinuidades causadas pelas mudanças eleitorais. No que se refere ao povo Xukuru, no seu processo de reelaboração cultural, esse povo incorporou a escola no seu projeto de vida, atribuindo-lhe a função de formar “guerreiros indígenas” e, nesse sentido, a instituição escolar soma-se aos outros “lugares de ensino” desse povo para desenvolver o papel de fortalecer-lhe a identidade étnica, valorizando os seus saberes e contribuindo para o seu projeto de social.

JANUÁRIO, Elias Renato da Silva. *Educação e diversidade em escolas da fronteira Brasil-Bolívia (Cáceres-MT)*. Cuiabá, 2002. 428 p. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Mato Grosso.

*E-mail:* eliasrsj@terra.com.br

Orientadora: Maria de Lourdes Bandeira de Lamonica Freire

Este estudo tem como objetivo conhecer a realidade educacional das escolas situadas na fronteira do Brasil com a Bolívia, no município de Cáceres (MT). Nessa região de fronteira existem quatro escolas da rede municipal de Cáceres que atendem a uma quantidade expressiva de alunos pertencentes a diferentes grupos étnicos, fazendo da sala de aula um espaço de conflito de valores e pertencimento. Engendrado numa perspectiva etnográfica, coloca em relevo a dinâmica sociocultural dos moradores da fronteira, descrevendo com riqueza de detalhes o universo das comunidades da fronteira, na expectativa de conduzir o leitor a inteirar-se com os sujeitos da pesquisa, a mover-se neste espaço permeado de signos e símbolos que compõem a diversidade cultural das famílias locais. As relações de alteridade entre coletivos culturalmente diferenciados presentes na região são evidenciadas, permitindo conhecer os sinais diacríticos constitutivos da produção da identidade étnica dos grupos da fronteira, mediante os processos de inclusão-exclusão que estabelecem as fronteiras culturais entre esses grupos. A diversidade étnico-cultural presente nos grupos locais faz com que a construção da identidade se manifeste por meio de processo de seleção de práticas culturais específicas, tomadas como sinais definidores do pertencimento ou não ao grupo social. Essa realidade tem ressonância no contexto escolar, fazendo com que a sala de aula se configure um palco de conflito de valores de pertencimento, interferindo no sucesso escolar dos educandos. Os dados empíricos revelam uma nítida implicação entre diferença étnico-cultural e fracasso escolar. A diferença é colocada como foco do insucesso na escola. O sistema de ensino, que não se encontra preparado para lidar com a multiculturalidade, transforma a diferença em desigualdade, imputando unicamente ao educando a responsabilidade pelo seu insucesso na escola. Nas ações cotidianas de ensino-aprendizagem das escolas da fronteira prevalece o monoculturalismo do currículo escolar, sobretudo com práticas

assimilacionistas, reprodutivistas, adestradoras de atitudes e comportamentos. Como desdobramento, encontramos um quadro marcado por evasão, repetência, discriminação e invisibilidade da diferença. Nesse contexto, dificilmente teremos um ensino de qualidade, dialógico e problematizador, que conceba a educação como prática da liberdade. Raramente teremos a escola como um espaço de reflexão e de construção coletiva do conhecimento, onde as diferenças étnicas e culturais sejam respeitadas.

PAES, Maria Helena Rodrigues. *Na fronteira: os atuais dilemas da escola indígena em aldeias Paresi de Tangará da Serra (MT)*, num olhar dos estudos culturais. Porto Alegre, 2002. 134 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

*E-mail:* mhninha@terra.com.br

Orientadora: Rosa Maria Hessel Silveira

O trabalho apresenta algumas reflexões inspiradas nos estudos culturais, a partir da análise textual das vozes indígenas sobre os atuais dilemas da escola indígena em aldeias Paresi de Tangará da Serra (MT), tendo em vista a alternativa de se propor um modelo de escolarização formal, de valorização da diferença diante do atual modelo de princípios homogeneizantes. O grupo Paresi é habitante natural da região noroeste do Estado de Mato Grosso e caracteriza-se por habitar inúmeras aldeias de baixa densidade demográfica espalhadas por seu território. Embora tenha estabelecido contato com os não-índios a partir do século 17, e incorporado inúmeros elementos da cultura ocidental, ainda mantém fortes seus costumes culturais tradicionais. Com o freqüente e inevitável contato com a sociedade ao redor, novos instrumentos e tecnologias são incorporados, quase que diariamente, à rotina tradicional, ressignificando o “ser Paresi”. Utilizando-se conceitos de Stuart Hall,

Nestor Canclini e outros autores pós-estruturalistas, aborda-se a cultura numa perspectiva dinâmica de movimento contínuo de (re)construções de identidades, principalmente sob os efeitos do fenômeno da globalização, quando o avanço da tecnologia da comunicação e do transporte permitem com maior frequência as relações e os fluxos migratórios entre as diversas culturas, construindo identidades e culturas híbridas. A escola concretizou-se na história dos Paresi ainda no início do século 20, sob princípios integracionistas, com o objetivo de preparar essa população para o “bom convívio” com a sociedade dos não-índios. Considerando a escola – espaço privilegiado no qual os significados e representações de mundo são acionados no sentido de produzir sujeitos –, ela aparece como importante ferramenta para a apreensão dos códigos simbólicos da sociedade ao redor, os quais redimensionam as rotinas e a identidade Paresi com fins claros, segundo os relatos do grupo, para a circulação e a negociação com o mundo ocidentalizado. Nesse sentido, a língua portuguesa, a segunda língua do grupo, adquire significado de importante ferramenta para a construção do pertencimento ao mundo da sociedade ao redor. O domínio dos códigos da língua portuguesa, nesse sentido, é compreendido como instrumento de poder, mediante o qual o Paresi entende que marca e negocia seu espaço, como cidadão brasileiro, na sociedade ocidentalizada.

REPETTO, Maxim. *Roteiro de uma etnografia colaborativa: as organizações indígenas e a construção de uma educação diferenciada em Roraima, Brasil*. Brasília, 2002. 297 p. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade de Brasília.

*E-mail:* maxim@technet.com.br

Orientador: Stephen Grant Baines

O presente trabalho relata e analisa uma pesquisa antropológica e etnográfica de caráter colaborativo desenvolvida com

as organizações indígenas do Estado de Roraima, no norte do Brasil. Nesse contexto, centro minhas atenções nos povos Makuxi e Wapichana, habitantes dos lavrados e das serras circundantes do Monte Roraima. Para tanto, exploro os processos políticos de constituição das organizações indígenas locais, bem como suas reivindicações, para estudar o processo histórico vivido pelos povos indígenas e suas relações com os diferentes setores da sociedade regional e nacional, entre os anos 1970 e 2000. No centro das atenções e conflitos, entre grupos indígenas e entre indígenas e não-indígenas, encontram-se as terras indígenas, sobre as quais surgem diversos discursos de poder e sérios conflitos devido à sua indefinição formal. Entretanto, outras preocupações também movimentam as várias organizações, entre elas a necessidade de produção e de melhora das condições de vida das comunidades. Assim, focalizo as discussões relativas à educação escolar indígena para abordar aspectos referentes à produção de conhecimentos e às disputas pelo saber e pelo poder que se manifestam no processo de escolarização.

VIANNA, Fernando Fedola de Luiz Brito. *A bola, os “brancos” e as toras: futebol para índios Xavante*. São Paulo, 2002. 377 p. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade de São Paulo.

*E-mail:* vianna@socioambiental.org

Orientadora: Beatriz Perrone Moisés

A parceria do povo indígena Xavante (família lingüística Jê) que vive na área de Sangradouro (sudeste do Estado do Mato Grosso) está no centro da situação etnográfica abordada neste trabalho. Cambiante e “expansionista”, a situação confere sentido à própria relação com o pesquisador: trata-se de Xavantes que atravessam processo de fissão política resultante da criação de nova aldeia, que ampliam seus laços de sociabilidade em São Paulo, que formam uma ONG sediada nessa capital e que convidaram o autor,

ex-jogador profissional, para conciliar seus próprios interesses etnológicos com uma espécie de “assessoria futebolística” a eles. É esse o ponto de engate entre a investigação aqui resumida e a específica realidade Xavante de Sangradouro. Com base numa aproximação inicial dessa realidade que assim se condicionou, a dissertação caminha para o tratamento teórico de um fenômeno de larga recorrência, mas pouco estudado até o presente: a atração de povos indígenas pelo conhecido esporte de penetração mundial. Esforça-se por situar o futebol em termos históricos, e do ponto de vista desses Xavantes, e descreve a multifacetada presença da prática esportiva na vida contemporânea deles. O futebol organizado, praticado e assistido cotidianamente, campeonatos dentro da terra

indígena e nas cidades vizinhas, encontros interaldeias, o horizonte do profissionalismo e a relação estabelecida com o pesquisador integram, com diferentes níveis de aprofundamento etnográfico, o texto apresentado. Os destaques, porém, vão para: 1) os modos como os Xavante formam equipes esportivas; 2) os nexos de sentido, por eles sugeridos, entre a corrida de toras, célebre instituição dos Jê, e a atividade física que aprenderam e têm aprendido com não-índios; 3) o lugar que o futebol ocupa, já há algum tempo, no universo de relações sociais estabelecidas com os “brancos” e outros índios. Um tripé de meio-campo que leva a repensar a circunscrição etnográfica e os parâmetros comumente utilizados para analisar a entidade chamada “sociedade Xavante”.